



AdP – ÁGUAS DE PORTUGAL SGPS, S.A.

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

**CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PATRIMONIAIS E DE
RESPONSABILIDADES PARA INFRAESTRUTURAS HIDRÁULICAS E
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CORRETAGEM PARA AS EMPRESAS DO
GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL**

CADERNO DE ENCARGOS

[2024_076CP]

Índice

Índice	2
PARTE I.....	5
CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS	5
CLÁUSULA 1.ª Objeto.....	5
CLÁUSULA 2.ª Contrato.....	5
CLÁUSULA 3.ª Prazo contratual	6
CLÁUSULA 4.ª Relações entre Corretores e Seguradoras.....	6
CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES DAS PARTES	6
SECÇÃO I OBRIGAÇÕES DOS COCONTRATANTES	6
CLÁUSULA 5.ª Obrigações dos Cocontratantes.....	6
CLÁUSULA 6.ª Obrigações da AdP SGPS	7
CLÁUSULA 7.ª Obrigações das Empresas Seguradas.....	8
CLÁUSULA 8.ª Dever de sigilo	8
CLÁUSULA 9.ª Tratamento de dados pessoais	9
CLÁUSULA 11.ª Transferência internacional de dados pessoais.....	11
SECÇÃO II.....	11
OBRIGAÇÕES DAS CONTRAENTES PÚBLICAS.....	11
CLÁUSULA 13.ª Preço base e preço Contratual.....	11
SECÇÃO III ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	12
CLÁUSULA 14.ª Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato.....	12
CAPÍTULO III	12
INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO	12
CLÁUSULA 15.ª Cessão da posição contratual e subcontratação do Cocontratante	12
CLÁUSULA 16.ª Força maior	13
CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS.....	14
CLÁUSULA 17.ª Deveres de informação	14
CLÁUSULA 18.ª Comunicações	14
CLÁUSULA 19.ª Foro competente	15

CLÁUSULA 20.^a Direito aplicável e natureza do contrato	15
CLÁUSULA 21.^a Contagem dos prazos	15
PARTE II CONTRATO DE SEGURO	15
CLÁUSULA 22.^a Objeto	15
CLÁUSULA 23.^a Prazo de vigência	16
CLÁUSULA 24.^a Atualização do objeto.....	16
CLÁUSULA 25.^a Interpretação.....	16
CLÁUSULA 26.^a Resseguros	17
CLÁUSULA 27.^a Emissão de apólices	17
CLÁUSULA 28.^a Obrigações genéricas dos Seguradores	18
CLÁUSULA 29.^a Obrigações específicas no âmbito dos processos de regularização de sinistros.....	19
CLÁUSULA 30.^a Prémios de seguro e respetivo pagamento.....	19
CLÁUSULA 31.^a Falta de informação prévia	20
CLÁUSULA 32.^a Sanções contratuais	20
CLÁUSULA 33.^a Resolução de Contratos por iniciativa dos Seguradores	21
CLÁUSULA 34.^a Resolução de Contrato por iniciativa das Empresas Seguradas	22
PARTE III CONTRATO DE CORRETAGEM.....	23
CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS	23
CLÁUSULA 35.^a Objeto	23
CLÁUSULA 36.^a Forma	23
CLÁUSULA 37.^a Prazo de vigência	23
CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	24
CLÁUSULA 38.^a Obrigações genéricas dos Corretores	24
CLÁUSULA 39.^a Obrigações específicas de gestão do programa e dos Contratos de Seguro	25
CLÁUSULA 40.^a Obrigações específicas na gestão de sinistros.....	26
CLÁUSULA 41.^a Estabelecimento.....	26
CLÁUSULA 42.^a Âmbito territorial	26
CLÁUSULA 43.^a Meios humanos.....	27
CLÁUSULA 44.^a Registo e arquivo de dados e documentos.....	27
CAPÍTULO III RELAÇÕES ENTRE AS PARTES	27
CLÁUSULA 45.^a Autonomia do Corretor	27

CLÁUSULA 46.^a Remuneração.....	28
CLÁUSULA 47.^a Referências comerciais.....	28
CAPÍTULO IV INCUMPRIMENTO.....	29
CLÁUSULA 48.^a Sanções contratuais.....	29
CLÁUSULA 49.^a Resolução por iniciativa do Corretor	29
CLÁUSULA 50.^a Resolução por iniciativa das Contraentes Públicas	30
CLÁUSULA 51.^a Regime supletivo.....	30
ÍNDICE DE ANEXOS.....	31
<i>ANEXO I - Seguros de Danos Patrimoniais “ All Risks”</i>	<i>32</i>
<i>ANEXO II A- Seguro de Responsabilidade Civil Geral</i>	<i>40</i>
<i>ANEXO II B - Responsabilidade Ambiental.....</i>	<i>50</i>
<i>ANEXO III - Caracterização das Infraestruturas Hidráulicas</i>	<i>65</i>
<i>ANEXO IV- Relatórios das infraestruturas Hidráulicas.....</i>	<i>66</i>
<i>ANEXO V - Minuta de Contrato de Concessão de empreendimento equiparado a empreendimento de fins múltiplos</i>	<i>67</i>
<i>ANEXO VI - Minuta de Contrato de Concessão de empreendimento de fins únicos....</i>	<i>68</i>

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1.ª

Objeto

- I. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir nos contratos a celebrar entre as entidades adjudicantes identificadas no **ANEXO I** do Programa do Procedimento e o adjudicatário relativos à contratação de seguros patrimoniais e de seguros de responsabilidade para infraestruturas hidráulicas, bem como à aquisição de serviços de corretagem para as empresas do grupo Águas de Portugal.
2. As condições relativas aos contratos de seguro a celebrar, por cada lote, constam dos anexos a seguir identificados que constituem parte integrante do presente Caderno de Encargos:
 - **ANEXO I** - Seguros de danos relativos a bens e interesses patrimoniais seguráveis relativos a perdas diretas ou indiretas, e coberturas ou garantias complementares que lhes sejam normalmente associadas ou associáveis (**Lote I**);
 - **ANEXO II** - Seguro de Responsabilidade Civil Geral e Seguro de Responsabilidade Ambiental (**Lote II**).

CLÁUSULA 2.ª

Contrato

- I. O contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos e seus anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo Cocontratante.

2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior;
3. Os ajustamentos propostos pelas entidades adjudicantes nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente cláusula.

CLÁUSULA 3.ª

Prazo contratual

Os Contratos de Seguro iniciam a sua vigência no dia **01 de fevereiro de 2025 e mantêm-se em vigor até 31 de janeiro de 2026** sem prejuízo das obrigações acessórias, as quais perdurarão para além da data de cessação dos contratos.

CLÁUSULA 4.ª

Relações entre Corretores e Seguradoras

As relações entre os Corretores e as Seguradoras de cada agrupamento adjudicatário são reguladas por protocolos de corretagem e devem ser sempre orientadas para a execução exata e pontual das obrigações assumidas perante as entidades adjudicantes.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DOS COCONTRATANTES

CLÁUSULA 5.ª

Obrigações dos Cocontratantes

Para além das obrigações previstas na legislação aplicável, constituem obrigações dos Cocontratantes o dever de celebrar os Contratos de Seguro e/ou de Corretagem nos termos do disposto no presente Caderno de Encargos, assim como:

- a) Não alterar as condições de prestação de serviços estabelecidas fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
- b) Prestar de forma correta e fidedigna à **AdP SGPS**, às Empresas Seguradas e ao membro do respetivo agrupamento adjudicatário as informações relevantes referentes às condições da prestação de serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se afigurem necessários para a gestão do Contrato respetivo;
- c) Assegurar o cumprimento dos termos previstos no protocolo de corretagem;
- d) Fornecer à **AdP SGPS** e ao Corretor do agrupamento adjudicatário uma declaração emitida por revisor oficial de contas ou pela entidade fiscalizadora das contas de cada Segurador, na qual se certifiquem os valores comunicados nos relatórios de faturação entregues relativos ao lote adjudicado.

CLÁUSULA 6.ª

Obrigações da AdP SGPS

- 1. A **AdP SGPS**, para além dos seus direitos e obrigações enquanto Contraente Pública, constitui a entidade responsável pela gestão dos Contratos, nos termos do disposto na presente cláusula.
- 2. Sem prejuízo de outros poderes ou obrigações que estejam previstos no presente Caderno de Encargos, a **AdP SGPS**, na qualidade de gestora dos Contratos, tem as seguintes incumbências:
 - a) Nomear um responsável pela gestão dos contratos a celebrar, e comunicar a sua nomeação às Seguradoras, às Corretoras e às Empresas Seguradas, bem como qualquer alteração da mesma que ocorra;
 - b) Gerir e acompanhar a execução dos Contratos;
 - c) Prestar esclarecimentos às Empresas Seguradas sobre os termos dos Contratos;
 - d) Coligir as reclamações das Empresas Seguradas sobre a execução dos Contratos;
 - e) Acompanhar a execução dos Contratos, podendo para o efeito exercer todos os poderes legais de fiscalização, e, quando necessário, propor e aplicar as sanções previstas em caso de incumprimento.

CLÁUSULA 7.ª

Obrigações das Empresas Seguradas

Constituem obrigações das empresas seguradas:

- a) Nomear um responsável no seio da respetiva empresa (Gestor do Contrato), para efeitos de comunicações com o Corretor, com as Seguradoras e com a **AdP SGPS** e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação;
- b) Comunicar, em tempo útil, à **AdP SGPS**, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do Contrato de Seguro ou do Contrato de Corretagem e reportar os resultados da monitorização;
- c) Facultar à **AdP SGPS** toda a informação relativa aos serviços prestados pelo Corretor ou pelas Seguradoras, quando solicitado;
- d) Concertação com a **AdP SGPS** para efeitos de aplicação de sanções contratuais, quando estas se mostrem devidas.

CLÁUSULA 8.ª

Dever de sigilo

- 1. Os Seguradores e os Corretores incluindo todos os membros dos respetivos órgãos de administração, funcionários ou prestadores de serviços, e também os Resseguradores que consultem ou com os quais partilhem os riscos a segurar, devem guardar sigilo sobre a informação e a documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa às Empresas Seguradas, bem como aos clientes, fornecedores, prestadores de serviços, colaboradores e trabalhadores destas, incluindo a informação e a documentação sobre a organização, os métodos de produção ou de prestação de serviços e quaisquer operações ou meros projetos entre elas ou com terceiros, de que venham a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução dos Contratos.
- 2. Os Seguradores e os Corretores obrigam-se a não divulgar, direta ou indiretamente, a informação ou a documentação abrangida pelo dever de sigilo, seja por que forma for, a tomar todas as medidas que razoavelmente estejam ao seu alcance para impedir a sua divulgação e para manter a sua confidencialidade, incluindo a sua não transmissão a terceiros, e a não dar a essa informação e a essa documentação qualquer uso ou aproveitamento que não se destine direta e exclusivamente à execução dos Contratos.

3. Encontra-se excluída do âmbito objetivo do dever de sigilo qualquer informação ou documentação que:
 - a) Seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelos Seguradores ou pelos Corretores;
 - b) Os Seguradores ou os Corretores estejam legalmente obrigados a divulgar ou a facultar por força da lei ou de um processo judicial, no âmbito estrito de tal dever.
4. No caso previsto na alínea b) do número anterior, os Seguradores ou os Corretores devem informar e documentar as Empresas Seguradas a que respeitar a informação em causa, de que lhes foi legalmente ordenado que procedessem à divulgação de determinada informação ou documentação previamente ao cumprimento dessa ordem.
5. Os deveres de sigilo e de confidencialidade mantêm-se em vigor após a cessação, por qualquer causa, dos Contratos.
6. Os deveres de sigilo e de confidencialidade de natureza contratual previstos na presente cláusula acrescem aos deveres legais de sigilo e de confidencialidade previstos na lei no âmbito das atividades seguradora e de mediação de seguros.

CLÁUSULA 9.ª

Tratamento de dados pessoais

1. As Partes declaram que têm conhecimento e cumprem o Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, assim como outras leis europeias e nacionais que lhes sejam aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, na execução das respetivas atividades.
2. As Partes reconhecem, que no âmbito da relação contratual aqui estabelecida, atuam como responsáveis autónomas pelo tratamento, prosseguindo finalidades próprias e individuais e determinando individualmente as bases de licitude aplicáveis.
3. A celebração e gestão do presente Contrato envolve o tratamento de dados pessoais respeitantes aos representantes legais e colaboradores das Partes ou dos seus agentes e subcontratados (quando qualquer um destes seja uma pessoa singular) e respetivos colaboradores, por cada uma das Partes.
4. Nestes casos, cada Parte atua como Responsável pelo Tratamento com base nas suas obrigações legais e interesses legítimos, na medida do que se mostrar estritamente necessário para os contactos

e comunicações que sejam encetados e efetuados por cada uma das Partes durante a vigência do presente Contrato ou para cumprimento de obrigações que sobre si impendam.

5. Enquanto Responsáveis autónomas pelo Tratamento, as Partes comprometem-se a:

- a) Tratar os dados pessoais pelo tempo estritamente necessário com vista ao cumprimento da finalidade para a qual foram recolhidos, sem prejuízo dos prazos legais aplicáveis;
- b) Adotar as medidas técnicas, organizativas e de segurança para garantir o tratamento dos dados pessoais, de acordo com os requisitos previstos na legislação de proteção de dados, bem como, para evitar a ocorrência de violações de dados pessoais;
- c) Prestar o devido direito de informação nos termos do artigo 13.º e 14.º do RGPD;
- d) Garantir que o titular dos dados poderá, a qualquer momento e conforme aplicável, exercer os seus direitos de acesso, retificação, limitação e apagamento dos seus dados pessoais, o direito a retirar o seu consentimento, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado, com base no consentimento previamente dado, o direito de oposição, bem como o direito à portabilidade dos dados.

6. Para estes efeitos, os titulares dos dados poderão utilizar os meios seguintes:

•**AdP SGPS:** dpo@adp.pt

•**Coc CONTRATANTE:** para o endereço a indicar no contrato.

7. Em caso de violação de dados pessoais, a notificar sem demora injustificada, e sempre que possível, até 72 (setenta e duas) horas, à Autoridade de Controlo, a ocorrência da mesma quando se verifique que existe risco para os direitos e liberdades do titular dos dados e a comunicar também ao próprio titular dos dados, sem demora injustificada, quando se conclua que este risco é elevado.

8. As Partes poderão comunicar os dados pessoais dos titulares dos dados, com a finalidade do cumprimento de obrigações legais nomeadamente a entidades policiais, judiciais, fiscais e reguladoras.

9. As Partes poderão ainda, no âmbito dos tratamentos de dados que efetuem sob sua responsabilidade transmitir os dados pessoais dos titulares dos dados a entidades terceiras que em seu nome e por sua conta, estão obrigadas, por escrito, a executar medidas técnicas e de segurança adequadas que, em cada momento, satisfaçam os requisitos previstos na legislação em vigor e assegurem a defesa dos direitos do titular dos dados (nomeadamente, a proteção dos dados pessoais).

CLÁUSULA 11.^a

Transferência internacional de dados pessoais

1. As Seguradoras e o Corretor comprometem-se a não transferir os dados pessoais a que acedam no âmbito ou para efeitos da execução do presente contrato para países fora da União Europeia (UE) ou do Espaço Económico Europeu (EEE), salvo os casos estritamente necessários e desde que cumpridos os procedimentos estabelecidos nos artigos 44.º e seguintes do RGPD.
2. As Seguradoras e o Corretor são responsáveis pelos dados pessoais sujeitos a tratamento fora da UE ou do EEE, de acordo com a legislação aplicável em matéria de proteção de dados.
3. As Seguradoras e o Corretor comprometem-se a informar a AdP SGPS acerca dos países onde os dados pessoais fornecidos irão ser sujeitos a tratamento, incluindo os países a partir dos quais será possível aceder aos dados pessoais.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DAS CONTRAENTES PÚBLICAS

CLÁUSULA 13.^a

Preço base e preço Contratual

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes no presente Caderno de Encargos as Empresas Seguradas devem pagar aos Seguradores o preço constante na proposta adjudicada.
2. O preço referido no número anterior corresponde aos prémios comerciais devidos pelos seguros contemplados em cada um dos lotes, aos quais acrescem as taxas, impostos e encargos devidos nos termos da legislação aplicável.
3. O valor do preço base do prémio comercial global é de **398 885,90€ (Trezentos e noventa e oito mil, oitocentos e oitenta e cinco euros e noventa centimos)** não podendo para cada lote exceder as seguintes quantias:
 - a) **Preço base - Lote I - Prémio Comercial de € 190.805,90 (cento e noventa mil, oitocentos e cinco euros e noventa centimos);**
 - b) **Preço base - Lote II - Prémio Comercial de € 208.080,00 (duzentos e oito mil e oitenta euros)**

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 14.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela **AdP SGPS**, a identificar no contrato.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelos Cocontratantes.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, encontra-se habilitado a determinar aos Cocontratantes que adotem as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime os Cocontratantes de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 15.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação do Cocontratante

1. Além da situação prevista na alínea *a)* do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, os Cocontratantes podem ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização concedida pela **AdP SGPS**, em representação das Empresas Seguradas.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, os Cocontratantes devem apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A **AdP SGPS** deve pronunciar-se sobre a proposta no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento, pelos Cocontratantes, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a **AdP SGPS**, em representação das Empresas Seguradas, pode

determinar que o primeiro ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela **AdP SGPS**, pela ordem sequencial daquele procedimento.

5. A subcontratação pelos Cocontratantes depende de autorização da **AdP SGPS**, em representação das Empresas Seguradas, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 16.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais aos Cocontratantes, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados dos Cocontratantes, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades dos Cocontratantes ou a grupos de sociedades em que estes se integrem, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelos Cocontratantes de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelos Cocontratantes de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações dos Cocontratantes cuja causa,

propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos dos Cocontratantes não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelos Cocontratantes das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a **AdP SGPS**, em representação das Empresas Seguradas, a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o adjudicatário direito a qualquer indemnização.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 17.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

CLÁUSULA 18.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a **AdP SGPS**, as Empresas Seguradas, e os Cocontratantes relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contatos a identificar no contrato.

2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

CLÁUSULA 19.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa com renúncia expressa a qualquer outro.

CLÁUSULA 20.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

CLÁUSULA 21.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

PARTE II

CONTRATO DE SEGURO

CLÁUSULA 22.^a

Objeto

O conteúdo dos Contratos de Seguro a celebrar relativamente a cada um dos lotes é parametrizado pelo definido no presente Caderno de Encargos e nos seus anexos, com as seguintes ressalvas:

- a) O âmbito objetivo de aplicação das disposições formalmente compreendidas na Parte I do presente Caderno de Encargos possui carácter geral, devendo as mesmas serem integradas e

aplicáveis em todos os Contratos de Seguro, salvo nos casos em que essas disposições sejam derogadas por disposições constantes dos anexos próprios de cada grupo ou modalidade de seguro ou não tenham aplicação em função da natureza da atividade das Empresas Seguradas ou do objeto dos Contratos de Seguro;

- b) O âmbito objetivo de aplicação das disposições formalmente compreendidas nos anexos ao presente Caderno de Encargos possui carácter especial, devendo as disposições compreendidas em cada anexo ser integradas apenas nos Contratos de Seguro que correspondam ao lote e ao tipo de contrato a que esse mesmo anexo respeite;
- c) Não existem quaisquer períodos de carência ou de suspensão da eficácia dos Contratos de Seguro.

CLÁUSULA 23.^a

Prazo de vigência

O Contrato de Seguro vigora de **01 de fevereiro de 2025 a 31 de janeiro de 2026**, a que corresponde uma duração de 1 ano.

CLÁUSULA 24.^a

Atualização do objeto

1. Os Contratos de Seguro devem fixar os termos em que as Empresas Seguradas podem proceder à atualização do seu objeto, nomeadamente quanto à inclusão de bens ou interesses associados ao universo segurável dos Contratos de Seguro em vigor, ou à atualização dos respetivos capitais ou valores a segurar, por comunicação ao Corretor respetivo, tendo-se as mesmas por automaticamente aceites.
2. A atualização do objeto dos Contratos de Seguro é titulada por ata adicional à apólice que titula cada Contrato de Seguro.
3. A atualização do objeto dos Contratos de Seguro, nos termos do disposto na presente cláusula, não pode ter por consequência que a taxa/prémio a aplicar seja divergente daquela que foi fixada na proposta adjudicada.

CLÁUSULA 25.^a

Interpretação

1. As normas constantes dos n.ºs 5 e 6 do artigo 96.º do CCP são aplicáveis na interpretação dos

Contratos de Seguro.

2. As condições gerais ou especiais em uso pelos Seguradores apenas são admissíveis nos casos de não contrariarem o disposto nos Contratos de Seguro ou em disposições legais ou regulamentares relativas a seguros obrigatórios ou à obrigação de segurar ou de estabelecerem, caso a caso, soluções mais favoráveis para o interesse das Empresas Seguradas, se distintos, do que as previstas nos Contratos.
3. Os regimes legais e regulamentares relativos a cada tipo de seguro e o regime geral do contrato de seguro são, por esta ordem, supletivamente aplicáveis aos Contratos de Seguro.
4. Em caso de dúvida, os Contratos de Seguro, dentro dos limites legalmente previstos para a interpretação de contratos, devem ser interpretados com o sentido e o alcance que permitir a melhor satisfação dos interesses e expectativas das Empresas Seguradas.
5. O teor das epígrafes não limita a interpretação das respetivas disposições.
6. As expressões usadas nos Contratos de Seguro que correspondam a definições legais constantes da legislação aplicável à atividade seguradora, à atividade de mediação de seguros e aos contratos de seguro, valem com o sentido previsto na lei.

CLÁUSULA 26.^a

Resseguros

Sem prejuízo da independência entre os Contratos de Seguro celebrados e os contratos de resseguro, contratual ou facultativo, que os Seguradores estabeleçam ou usem para sua proteção, os Seguradores não poderão colocar o resseguro dos riscos subscritos ao abrigo do Contrato junto de empresas de seguros ou de resseguro que não estejam habilitadas para exercer a atividade resseguradora no espaço da União Europeia, segundo o tipo de operação em causa.

CLÁUSULA 27.^a

Emissão de apólices

As apólices serão emitidas individualmente para cada Empresa Segurada, devendo indicar como entidade tomadora a empresa que é responsável pela exploração e gestão da infraestrutura hidráulica.

CLÁUSULA 28.^a

Obrigações genéricas dos Seguradores

- I. Os Seguradores obrigam-se a cumprir as suas obrigações legais e contratuais com prontidão, diligência e qualidade, colocando à disposição das Empresas Seguradas os melhores conhecimentos técnicos que cada situação determine ou aconselhe, e em estrita conformidade com o disposto no Contrato de Seguro e nas disposições imperativas aplicáveis de natureza legal ou regulamentar, nomeadamente nas que respeitam:
 - a) Ao regime legal dos contratos de seguros;
 - b) À fiscalidade específica dos contratos e das operações de seguros;
 - c) À fiscalidade específica da remuneração dos mediadores de seguros;
 - d) Ao exercício da atividade de seguradoras e de mediadores de seguros;
 - e) À prevenção de crimes, designadamente dos crimes associados ao branqueamento de capitais;
 - f) À comercialização de seguros e à proteção dos consumidores.
2. Os Seguradores obrigam-se igualmente a:
 - a) Assumir, diligente e atempadamente, todas as iniciativas necessárias ou adequadas à limitação das consequências de qualquer sinistro ou à remoção da ameaça de ocorrência de qualquer sinistro, incluindo em situações de emergência, e colaborar nas iniciativas que, com o mesmo fim, sejam assumidas pelas Empresas Seguradas;
 - b) Realizar, com diligência e celeridade, diretamente ou através de terceiro, de acordo com procedimentos previstos em protocolo específico se disso for o caso, ou segundo as melhores regras da arte, as averiguações e as peritagens necessárias ao reconhecimento dos sinistros, a remoção de escombros e de salvados, as diligências adequadas à pronta retoma das atividades, as iniciativas e os procedimentos tendentes à fixação e avaliação adequada dos danos que deles decorram, e à determinação dos termos em que, em dinheiro ou em espécie, esses danos devem ser indemnizados;
 - c) Suportar as despesas decorrentes da regularização de sinistros, incluindo as judiciais;
 - d) Pagar as prestações intercalares e as indemnizações devidas no prazo legal ou contratual aplicável;

- e) Satisfazer, de forma fidedigna e célere, os pedidos de informação, de esclarecimento e de documentos solicitados pelas Empresas Seguradas ou, no âmbito da gestão dos Contratos de Seguro, pela **AdP SGPS**.

CLÁUSULA 29.^a

Obrigações específicas no âmbito dos processos de regularização de sinistros

1. Os Seguradores obrigam-se a adotar as diligências necessárias à regularização dos sinistros verificados, incluindo a promoção de contacto com as Empresas Seguradas para marcação de peritagem, no prazo de 2 (*dois*) dias úteis a contar da respetiva participação, salvo se os procedimentos previstos sob protocolo específico ou a urgência ou emergência da situação determinar a intervenção imediata, independentemente de hora ou de dia, caso em que essas diligências têm que ser adotadas o mais rapidamente possível e nas condições mais adequadas.
2. A peritagem e a apresentação do respetivo relatório às Empresas Seguradas, com conhecimento da AdP SGPS, devem ocorrer no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias a contar da participação do sinistro ou em prazo inferior expeditamente fixado entre as partes em função dos danos e das suas circunstâncias, sem prejuízo de poder ser concedido, em casos excecionais, um prazo mais dilatado pela Empresa Segurada, com conhecimento da AdP SGPS, a requerimento dos Seguradores devidamente justificado.
3. A regularização do sinistro e o pagamento das correspondentes indemnizações pelos Seguradores devem ocorrer no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias após o encerramento do processo, sem prejuízo de em casos excecionais poder ser concedido pelas Empresas Seguradas, a requerimento dos Seguradores em causa devidamente justificado, um prazo mais dilatado.

CLÁUSULA 30.^a

Prémios de seguro e respetivo pagamento

1. As Empresas Seguradas devem pagar ou fazer pagar aos Seguradores os prémios de seguro correspondentes aos seguros contratados, acrescido dos encargos, taxas e impostos que forem legalmente devidos em cada momento, como contrapartida das coberturas contratadas.
2. As Empresas Seguradas podem optar pelo pagamento fracionado e sem encargos dos prémios de seguro.
3. Sem prejuízo do disposto no artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril, o pagamento dos

prémios de seguro pelas Empresas Seguradas deve ser efetuado junto do Corretor respetivo, no prazo de 30 (*trinta*) dias contados desde o respetivo vencimento ou desde a data de efeito do correspondente aviso para pagamento, consoante o que seja mais favorável às Empresas Seguradas, tendo-se tais pagamentos como liberatórios relativamente aos Seguradores.

4. A falta de pagamento de qualquer prémio de seguro no prazo previsto no número anterior apenas constitui em mora a(s) Empresa(s) Segurada(s) em falta, não implicando nem a extinção, sob a forma de caducidade ou outra, nem a ineficácia do Contrato de Seguro, nem, em especial, a falta de cobertura relativamente a quaisquer sinistros que ocorram na pendência da mora.
5. O direito de resolução com fundamento na mora a que se refere o número anterior apenas pode ser exercido mediante declaração expressa enviada à **AdP SGPS**, produzindo efeitos no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da data da comunicação, salvo se a entidade notificada cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas de juros de mora a que houver lugar.

CLÁUSULA 31.^a

Falta de informação prévia

1. A falta de informação prévia, decorrente da periodicidade de declarações ou ainda de erro não intencional, relativa à inclusão de bens ou de interesses no universo segurável de cada Empresa Segurada e de cada Contrato de Seguro, ou à atualização dos respetivos capitais ou valores a segurar, não constitui causa de exclusão, de ineficácia ou de limitação de cobertura, de garantia, de capital ou da prestação que seria devida se a informação tivesse sido prévia e atempadamente transmitida.
2. A falta de informação prévia, nas situações a que alude o número anterior, apenas pode dar lugar à correção do montante do prémio correspondente, tomando por referência para essa correção o dia em que se tenham verificado os factos cuja ocorrência deveria ter sido atempadamente transmitida.
3. O disposto na presente cláusula não será aplicável se e o aumento efetivo e líquido da exposição do Segurador exceder 15% (*quinze por cento*).

CLÁUSULA 32.^a

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a **AdP SGPS**, em representação das Empresas Seguradas, pode exigir das Seguradoras o pagamento de uma sanção contratual por cada dia de atraso no cumprimento de obrigações sujeitas a prazo pelo Contrato de Seguro ou pela lei,

em montante que pode ser estipulado até 335,00€ (*trezentos e trinta e cinco euros*) por cada dia de atraso.

2. Em caso de incumprimento de obrigações que não estejam sujeitas a prazo por parte dos Seguradores, o pagamento da sanção prevista no número anterior pode ser exigido:
 - a) Após notificação dos Seguradores em causa, advertindo-os para cumprir a obrigação em falta em prazo razoável estipulado pela **AdP SGPS**;
 - b) Após o decurso integral do prazo estipulado pela AdP SGPS sem que a obrigação em falta tenha sido cumprida.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a **AdP SGPS**, em representação das Empresas Seguradas, tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa e as consequências do incumprimento.
4. O valor acumulado das sanções contratuais não pode exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
5. A **AdP SGPS** pode compensar os pagamentos devidos aos Seguradores ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.
6. A previsão e a aplicação das sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que as Empresas Seguradas possam, nos termos gerais, exercer o direito de resolução do Contrato de Seguro, acionar as garantias prestadas ou exigir o pagamento de indemnização pelos danos imputáveis aos Seguradores.

CLÁUSULA 33.^a

Resolução de Contratos por iniciativa dos Seguradores

1. A verificação das situações previstas no n.º I do artigo 332.º do CCP apenas habilita os Seguradores a resolver o Contrato de que seja parte e apenas quanto à Empresa Segurada que se encontre em situação de incumprimento.
2. O direito de resolução referido no número anterior, quando exercido por verificação de uma situação de incumprimento de obrigações pecuniárias por parte da correspondente Empresa Segurada, pode ser exercido mediante declaração enviada a esta, produzindo efeitos no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da data da comunicação, salvo se alguma das entidades notificadas cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas de juros de mora a que houver lugar, caso em que a declaração de resolução não produz quaisquer efeitos.

3. Caso intervenha, na qualidade de Segurador, mais do que uma empresa de seguros, o direito de resolução apenas pode ser exercido por uma das empresas de seguros, excepto no caso em que exista associação em regime de cosseguro, situação em que o direito de resolução apenas pode ser exercido por um conjunto de empresas de seguros que respondam por mais de 60% (sessenta por cento) do risco segurado.
4. O direito de resolução referido no número anterior apenas pode ser exercido após fixação de um prazo, não inferior a 15 (*quinze*) dias, para regularização da situação comunicada.
5. Decorrido o prazo estabelecido no número anterior, os Seguradores podem exercer o direito de resolução do Contrato em causa mediante declaração enviada à **AdP SGPS**, a qual produz efeitos no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da data da comunicação.
6. Caso intervenham, como Seguradoras do mesmo contrato, várias empresas de seguros, o direito de resolução apenas pode ser exercido por uma das empresas de seguros, exceto no caso em que exista associação em regime de cosseguro, situação em que o direito de resolução apenas pode ser exercido por um conjunto de empresas de seguros que respondam por mais de 60% (*sessenta*) do risco garantido.

CLÁUSULA 34.^a

Resolução de Contrato por iniciativa das Empresas Seguradas

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos no artigo 333.º do CCP, as Empresas Seguradas podem, a título sancionatório, resolver o Contrato, na parte que lhe respeita, no caso de o Segurador violar de forma grave, reiterada ou sistemática qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução do Contrato previsto no número anterior é exercido pela **AdP SGPS**, em representação das Empresas Seguradas, podendo fundamentar-se no incumprimento grave, reiterado ou sistemático de Contratos de Seguro por parte do Segurador, sem prejuízo dos demais casos previstos na lei.
3. A resolução de Contrato com os fundamentos previstos nos artigos 334.º e 335.º do CCP é realizada pela AdP SGPS.
4. Nos casos previstos na presente cláusula, os Seguradores fica obrigado ao pagamento de indemnização pelos danos causados, incluindo os relacionados com a adoção de novo procedimento de formação de contrato e de outras quantias que sejam devidas, nos termos gerais do direito.

5. O pagamento das quantias previstas no número anterior deve ser realizado pelos Seguradores no prazo de 30 (*trinta*) dias após notificação para esse efeito.

No caso de resolução de Contrato por iniciativa das Empresas Seguradas, estas podem, de forma a garantir a continuidade da cobertura dos riscos seguros e a prestação continuada dos serviços de corretagem respetivos, diferir os efeitos da resolução até à data da celebração de novo contrato na sequência de um novo procedimento de formação de contratos, com o limite de 3 (*três*) meses a contar da data de comunicação da resolução.

PARTE III

CONTRATO DE CORRETAGEM

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 35.^a

Objeto

O Contrato de Corretagem, a celebrar entre as Empresas Seguradas e o Corretor integrante do agrupamento adjudicatário de cada um dos lotes em concurso, tem por objeto a definição das condições em que o Corretor respetivo presta às Empresas Seguradas os serviços de corretagem de seguros e demais serviços associados.

CLÁUSULA 36.^a

Forma

Cada Contrato de Corretagem deve ser celebrado por escrito e integra os documentos identificados no n.º 2 do artigo 96.º do CCP.

CLÁUSULA 37.^a

Prazo de vigência

O Contrato de Corretagem vigora, na ausência de qualquer vicissitude que implique a sua extinção antecipada, entre o dia **01 de fevereiro de 2025** e o dia **31 de janeiro de 2026**, sem prejuízo da sua eficácia posterior que resulte da lei ou do próprio contrato.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

CLÁUSULA 38.^a

Obrigações genéricas dos Corretores

- I.** O Corretor obriga-se a prestar os serviços de corretagem que qualquer corretor profissional assegura aos seus clientes e demais serviços associados, com prontidão, diligência e qualidade, colocando à disposição das Empresas Seguradas os melhores conhecimentos técnicos que cada situação determine ou aconselhe, e em estrita conformidade com o disposto no Contrato de Corretagem respetivo e nas disposições imperativas aplicáveis de natureza legal ou regulamentar, nomeadamente nas que respeitam:
 - a) Ao regime legal dos contratos de seguros;
 - b) À fiscalidade específica dos contratos e das operações de seguros;
 - c) À fiscalidade específica da remuneração dos mediadores de seguros;
 - d) Ao exercício da atividade de seguradoras e de mediadores de seguros;
 - e) À prevenção de crimes, designadamente dos crimes associados ao branqueamento de capitais;
 - f) Ao regime legal dos contratos de serviços financeiros negociados à distância;
 - g) À comercialização de seguros e à protecção dos consumidores.
- 2.** Em especial, o Corretor respetivo em estreita articulação com as Empresas Seguradas, obriga-se a:
 - a) Observar escrupulosamente os pedidos e as instruções das Empresas Seguradas e da AdP SGPS, desde que formuladas e transmitidas nos termos e moldes que estiverem convencionados;
 - b) Colaborar de forma ativa na identificação, estudo, prevenção, tratamento, limitação e eventual transferência dos riscos seguráveis a que as Empresas Seguradas estão ou venham a estar expostas no âmbito do objeto do contrato;
 - c) Colaborar de forma ativa na gestão de quaisquer sinistros, incidentes ou reclamações relativos ao programa de seguros das Empresas Seguradas ou aos Contratos de Seguro que o integram ou integrem, prestando o apoio que se justificar às Empresas Seguradas;
 - d) Cooperar de forma ativa na preparação de regras e medidas de segurança e no estudo e elaboração de cenários de crise e de planos de contingência no âmbito dos riscos seguráveis

que possam decorrer das atividades das Empresas Seguradas relativamente a cada lote, incluindo, em especial, a realização de inspeções às principais unidades onde se desenvolvam as respetivas atividades, e a elaboração de relatórios de análise de risco e de recomendações não vinculantes;

- e) Manter as Empresas Seguradas informadas sobre a evolução do mercado segurador, nomeadamente:
 - i) Transmitir e comentar quaisquer alterações aos diplomas legais e regulamentares aplicáveis ou relevantes para a modalidade de seguros contratados em causa;
 - ii) Promover, sempre que se justifique, todas as iniciativas que devam resultar de alterações aos diplomas legais e regulamentares aplicáveis aos seguros contratados;
 - iii) Prestar informações, para efeitos de *benchmark*, sobre as coberturas e demais condições praticadas no mercado segurador, bem como sobre outros dados relevantes para o efeito;
 - iv) Elaborar estudos e estimativas sobre a segurabilidade futura dos riscos cobertos pelos Contratos de Seguro;
- f) Manter um registo formal de todas as suas relações profissionais e de todos os contactos promovidos com as Empresas Seguradas e com a **AdP SGPS**;
- g) Prestar de forma fidedigna as informações e os esclarecimentos que se justifiquem referentes às condições em que são prestados os serviços de corretagem;
- h) Pautar o seu relacionamento com as Empresas Seguradas e com a **AdP SGPS** de acordo com o princípio da boa-fé e tendo em atenção o disposto no Código de Conduta e Ética adotado pelo Conselho de Administração da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A..

CLÁUSULA 39.^a

Obrigações específicas de gestão do programa e dos Contratos de Seguro

No que respeita especificamente à gestão do programa de seguros o Corretor, em articulação com a **AdP SGPS**, deve prestar os seguintes serviços, nomeadamente:

- a) Conferir as apólices e as atas adicionais;
- b) Enviar a documentação relativa a cada Contrato de Seguro para as Empresas Seguradas, apólices e atas adicionais;

- c) Calcular e conferir o montante dos prémios e dos estornos e emitir a documentação de suporte;
- d) Controlar e gerir a cobrança de prémios, de acordo com a legislação em vigor, e enviar os correspondentes recibos de prémio ou de estorno para as respetivas Empresas Seguradas.

CLÁUSULA 40.^a

Obrigações específicas na gestão de sinistros

- I. No que respeita especificamente à gestão de sinistros no âmbito dos Contratos de Seguro, o Corretor deve garantir a correta e atempada promoção de todos os processos de gestão de sinistros, e, nomeadamente, prestar os seguintes serviços:
 - a) Determinar, após análise técnica, o enquadramento contratual do sinistro participado;
 - b) Acompanhar a intervenção do Segurador e informar a **AdP SGPS** e as Empresas Seguradas sobre a evolução do processo e sobre a conclusão do mesmo;
 - c) Promover junto do Segurador ou Seguradores, em caso de discordância quanto ao enquadramento contratual dos sinistros participados ou quanto aos valores propostos para indemnização, as diligências necessárias à defesa dos interesses das Empresas Seguradas;
 - d) Assegurar a correção do valor pelo qual sejam emitidos os recibos de quitação de indemnizações;
 - e) Elaborar e apresentar à **AdP SGPS**, no interesse desta e das Empresas Seguradas, um projecto de manual integral de gestão de sinistros.

CLÁUSULA 41.^a

Estabelecimento

O Corretor integrante de cada agrupamento obriga-se a ter domicílio profissional e estabelecimento em Portugal e a prestar os serviços adjudicados de forma continuada.

CLÁUSULA 42.^a

Âmbito territorial

- I. O âmbito territorial da atividade do Corretor integrante de cada agrupamento é definido pelo

perímetro e âmbito da intervenção profissional requerida, pela localização dos riscos que constituem o objecto dos Contratos e pelo âmbito territorial dos sinistros ou incidentes análogos que decorram dos mesmos ou que lhes sejam atribuíveis.

2. O âmbito territorial das atividades das Empresas Seguradas não pode fundamentar qualquer limitação à prestação dos serviços de corretagem por qualquer Corretor nem implicar qualquer encargo adicional.

CLÁUSULA 43.^a

Meios humanos

O Corretor integrante de cada agrupamento obriga-se a afectar ao cumprimento do Contrato de Corretagem respetivo uma equipa profissional que assegure pelo menos as seguintes funções:

- a) Gestão de sinistros para cada Contrato;
- b) Gestão de riscos para cada Contrato;
- c) Gestão de cliente responsável pela gestão corrente da carteira de seguros do Grupo AdP no âmbito do Contrato.

CLÁUSULA 44.^a

Registo e arquivo de dados e documentos

O Corretor integrante de cada agrupamento obriga-se a adoptar e a cumprir regras de registo e arquivo de operações e documentos relativos aos Contratos de Seguro e aos sinistros que se lhes refiram em termos que assegurem também o repositório integral de todas as negociações preliminares que lhes respeitem, em estrito cumprimento das obrigações legais aplicáveis.

CAPÍTULO III

RELAÇÕES ENTRE AS PARTES

CLÁUSULA 45.^a

Autonomia do Corretor

- I. O Corretor integrante de cada agrupamento, no âmbito da execução do Contrato de Corretagem, exerce a sua actividade de forma autónoma e independente dos Seguradores, em termos estáveis e duradouros.

2. O Corretor integrante de cada agrupamento, incluindo as respectivas equipas profissionais, não integra a organização institucional ou organizacional de qualquer uma das Empresas Seguradas, não existindo entre aquele e estas qualquer dependência hierárquica, disciplinar ou societária.
3. A celebração do Contrato de Corretagem não pressupõe, em situação alguma, qualquer tipo de *affectio societatis* entre as Empresas Seguradas e o Corretor.
4. As Empresas Seguradas não podem ser, a qualquer título responsáveis por qualquer sanção que seja aplicada ao Corretor pela autoridade de supervisão da actividade de mediação de seguros, nem por quaisquer despesas ou encargos em que aquele incorra na promoção judicial ou extrajudicial da sua defesa.

CLÁUSULA 46.^a

Remuneração

Sem prejuízo do disposto na cláusula anterior, o montante da remuneração devida ao Corretor integrante de cada agrupamento, a título dos serviços de corretagem é incorporado nos recibos dos prémios de seguro a emitir pelos Seguradores, sem prejuízo da correspondente transparência, nos termos previstos no Protocolo de Corretagem.

CLÁUSULA 47.^a

Referências comerciais

1. O Corretor integrante de cada agrupamento não pode, por qualquer forma, usar ou mencionar a marca, símbolo, insígnias ou logotipo do Grupo AdP ou de qualquer uma das Empresas Seguradas, nomeadamente em quaisquer documentos ou suportes promocionais, sem autorização prévia da **AdP SGPS**, em representação das Empresas Seguradas.
2. Para efeitos do Contrato de Corretagem, entende-se por “marca” um qualquer elemento de individualização corporativa, nomeadamente um sinal ou conjunto de sinais susceptíveis de representação gráfica, como palavras (incluindo nomes de pessoas), desenhos, letras, números ou sons.
3. Quando autorizado, o uso das referidas marcas, nomes, sinais distintivos e documentos apenas pode ser feito no âmbito da actividade específica do Corretor e de acordo com as regras do manual de imagem adotado pelo Conselho de Administração da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A..

CAPÍTULO IV INCUMPRIMENTO

CLÁUSULA 48.^a

Sanções contratuais

1. O incumprimento do Contrato de Corretagem por parte de Corretor integrante de um agrupamento concede à **AdP SGPS**, em representação das Empresas Seguradas, o direito de exigir o pagamento de sanções contratuais no montante a determinar até ao valor € 1.375,00 ((*mil trezentos e setenta e cinco euros*) por cada dia de atraso no cumprimento de obrigações sujeitas a prazo pelo Contrato de Corretagem ou pela lei, desde que comprovadamente a responsabilidade seja imputável ao Corretor.
2. O pagamento das sanções previstas no número anterior pode ser exigido:
 - a) Após notificação do Corretor advertindo-o para cumprir a obrigação em falta em prazo razoável estipulado pela **AdP SGPS**;
 - b) Após o decurso integral do prazo estipulado pela **AdP SGPS** sem que a obrigação em falta tenha sido cumprida.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a **AdP SGPS**, em representação das Empresas Seguradas, tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa e as consequências do incumprimento.
4. O valor acumulado das sanções contratuais não pode exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
5. A previsão e a aplicação das sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a **AdP SGPS** possa, nos termos gerais a exercer o direito de resolução do Contrato de Corretagem, a acionar as garantias prestadas ou a exigir o pagamento de indemnização pelos danos imputáveis ao Corretor.

CLÁUSULA 49.^a

Resolução por iniciativa do Corretor

1. O Corretor integrante de cada agrupamento pode resolver o Contrato de Corretagem nos termos do artigo 332.º do CCP, com as particularidades estabelecidas na presente cláusula.
2. O direito de resolução referido no número anterior apenas pode ser exercido após fixação de um prazo, não inferior a 15 (*quinze*) dias, para resolução da situação comunicada à **AdP SGPS**.

3. Decorrido o prazo estabelecido no número anterior, o Corretor pode exercer o direito à resolução do Contrato de Corretagem mediante declaração enviada à **AdP SGPS**, em representação das Empresas Seguradas, a qual produz efeitos no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da data da comunicação.

CLÁUSULA 50.^a

Resolução por iniciativa das Contraentes Públicas

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos no artigo 333.º do CCP, pode a **AdP SGPS**, em representação das Empresas Seguradas, pode, a título sancionatório, resolver o Contrato de Corretagem no caso de o Corretor integrante de um agrupamento violar de forma grave, reiterada ou sistemática qualquer das obrigações que lhes incumbem.
2. O direito de resolução do Contrato de Corretagem é exercido pela AdP SGPS no interesse de todas as Empresas Seguradas.
3. Nos casos previstos na presente cláusula, o Corretor fica obrigado ao pagamento de indemnização pelos danos causados, incluindo os relacionados com a adoção de novo procedimento de formação de contrato de corretagem, e de outras quantias que sejam devidas, nos termos gerais do direito.
4. O pagamento das quantias previstas no número anterior deve ser realizado pelo Corretor no prazo de 30 (*trinta*) dias após notificação para esse efeito.

CLÁUSULA 51.^a

Regime supletivo

O regime jurídico da mediação de seguros é aplicável supletivamente aos Contratos de Corretagem.

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo I (Lote I) - Seguro de Danos Patrimoniais “All Risks”

Anexo II (Lote 2) - Seguros de responsabilidades

- **Anexo II A** - Responsabilidade Civil Geral
- **Anexo II B** - Responsabilidade Ambiental

Anexo III - Caracterização das Infraestruturas Hidráulicas

Anexo IV - Relatórios das Infraestruturas hidráulicas

Anexo V - Minuta de contrato de concessão de empreendimento equiparado a fins múltiplos

Anexo VI - Minuta de contrato de concessão de empreendimento de fins únicos

ANEXO I - SEGUROS DE DANOS PATRIMONIAIS “ALL RISKS”

1. CONDIÇÕES PARTICULARES

Quando as disposições das presentes Condições Particulares sejam contrárias e/ou divergentes daquilo que preveem as Condições Gerais e/ou Condições Especiais da Apólice, prevalecerá para todos os efeitos o disposto em primeiro lugar nestas Condições Particulares, seguindo-se as Condições Especiais e, por último, as Condições Gerais.

2. TOMADOR DO SEGURO E SEGURADOS

Cada uma das Empresas **do Grupo AdP** identificada no **ANEXO I** do Programa do procedimento, na medida dos respetivos direitos, interesses e responsabilidades

3. ATIVIDADES

Gestão e exploração das infraestruturas hidráulicas, bem como de todos os bens e meios afetos e necessários à operação, exploração, manutenção e gestão das respetivas infraestruturas nas condições e termos especiais dos contratos de concessão e de acordo com o Regulamento de Segurança de Barragens, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 344/2007, de 15 de outubro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 21/2018, de 28 de março, e com as condições e termos especiais definidos nos contratos de concessão a celebrar com o Ministério do Ambiente e da Ação Climática ou com a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., ao abrigo do regime constante do Decreto-Lei n.º 160/2019, de 24 de outubro, do Decreto-Lei n.º 42/2020, de 20 de julho, do Decreto-Lei n.º 311/2007, de 17 de setembro e do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, com a redação em vigor.

4. OBJETO

Todos os bens e meios afetos e necessários à operação, exploração, manutenção e gestão das respetivas infraestruturas nas condições e termos definidos nos contratos de concessão a celebrar com o Ministério do Ambiente e da Ação Climática ou com a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., ao abrigo do regime constante do Decreto-Lei n.º 160/2019, de 24 de outubro, do Decreto-Lei n.º 42/2020, de 20 de julho, do Decreto-Lei n.º 311/2007, de 17 de setembro e do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, com a redação em vigor.

5. BENS NÃO COMPREENDIDOS

Em sentido sempre restrito, e com ressalva de disposição expressa diferente ou de inclusão específica, apenas se terão como não compreendidos sob a cobertura dos riscos patrimoniais os seguintes bens:

- Veículos autorizados para uso em vias públicas, quando não se encontrem nas instalações das Empresas Seguradas;
- Linhas e material ferroviário, excepto quando formem parte das instalações garantidas;
- Embarcações marítimas ou aeronaves, com exceção de “drones” (“vant”) especificamente identificados e valorados como equipamentos e que integrem ou venham a integrar as operações das Empresas Seguradas que, assim serão de ter como garantidos;

Nota: “vant”: veículos aéreos não tripulados, controlados à distância por meios eletrónicos e computacionais

- Qualquer tipo de bens em trânsito marítimo ou aéreo;
- Metais preciosos e títulos;
- Animais, árvores em bruto ou colheitas não recolhidas;
- Terrenos e valor dos terrenos.

6. VALORIZAÇÃO DO OBJETO DO SEGURO, CAPITAIS, GARANTIAS E SEUS LIMITES

Empresa	Designação da Barragem	Valorização Patrimonial (€)
Águas do Norte	Alijó (Vila Chã)	5 063 518,92
	Azibo	44 460 000,00
Águas do Vale do Tejo	Apartadura	20 742 000,00
	Capinha	1 863 684,86
	Marateca	9 618 839,44
	Monte Novo	5 969 940,00
	Corgas	4 139 789,30
Águas de Santo André	Morgavel	35 041 051,57
Águas Públicas do Alentejo	Enxoé	8 421 226,79
Águas do Algarve	Beliche	54 963 750,00
	Odeleite	73 285 000,00

7. ÂMBITO DA COBERTURA

Ao abrigo da presente apólice ficam garantidas as perdas ou danos materiais, imprevistos ou acidentais, sofridos pelos bens seguros, não expressamente excluídos pelas presentes condições contratuais, e que implicam para o segurador a obrigatoriedade de proceder à sua reparação, substituição ou reposição no estado em que se encontravam no momento imediatamente anterior à ocorrência do sinistro.

Serão indemnizáveis como se de um único sinistro se tratasse, no que concerne ao capital seguro e franquias consideradas, as perdas ou danos ao objeto do seguro, ocorridos durante um período de 72 horas consecutivas, desde que estes tenham origem numa ação de fenómenos da natureza indemnizável.

Assim e para efeitos de aplicação de franquias todas as ocorrências de perdas ou danos causados por fenómenos da natureza tais como tempestades, inundações, fenómenos sísmicos, aluimento de terras, desmoronamento ou outros movimentos de terra com isso relacionados, resultantes de uma causa comum que ocorra durante um período de 72 horas consecutivas serão considerados como uma só ocorrência e sujeitos a uma única franquia. O início desse período de 72 horas será de opção do segurado, mas não poderá haver sobreposição de dois ou mais períodos de 72 horas, no caso de danos que ocorram durante um período de tempo mais extenso.

8. LIMITE DE INDEMNIZAÇÃO

A indemnização devida pelo Segurador relativamente a todas as coberturas da apólice tem um limite máximo que corresponde ao capital seguro indicado por infraestrutura hidráulica, por sinistro.

O limite máximo previsto no parágrafo anterior está ainda sujeito aos sublimites a seguir indicados por sinistro.

9. EXTENSÕES DE COBERTURA E SUBLIMITES DE INDEMNIZAÇÃO:

- a) Greves, tumultos e alterações da ordem pública
- b) Atos de Vandalismo, maliciosos ou de sabotagem;
- c) Remoção de escombros e custos de limpeza, até ao limite de 5M€;
- d) Encargos com Honorários a técnicos, até ao limite de 1,5M;
- e) Desenhos e Documentos, até ao limite de 300K€;
- f) Reconstituição de dados informáticos, até ao limite de 1,5M€;
- g) Autoridades Públicas, até ao limite de 1,5M€.
- h) Trabalhos de Manutenção e Remodelação, até ao limite de 1,5M€

10. FRANQUIAS

10.1 Danos Materiais - franquias por sinistro:

Fenómenos sísmicos - 5% por local de risco

Restantes riscos:

Águas do Norte: 100.000,00€ (*cem mil euros*);

Águas do Vale do Tejo: 100.000,00€ (*cem mil euros*);

Águas de Santo André: 100.000,00€ (*cem mil euros*);

Águas Públicas do Alentejo: 50.000,00€ (*cinquenta mil euros*);

Águas do Algarve: 150.000,00€ (*cento e cinquenta mil euros*).

A franquia de 5% indicada para a cobertura de Fenómenos Sísmicos é aplicada sobre o capital seguro por local de risco. Para os "restantes riscos" as franquias são aplicadas aos prejuízos indemnizáveis.

I 1. PAGAMENTO DOS PRÉMIOS DE SEGURO

Semestral, sem juros, sem cargas e sem encargos de fracionamento.

I 2. OUTRAS CONDIÇÕES

a) INFRASSEGURO E AJUSTE DOS CAPITALS SEGUROS

Fica convencionado que não será aplicada regra proporcional desde que o capital seguro seja atualizado em função da evolução que se registar nos valores de reconstrução dos bens seguros tendo em conta a inflação e o aumento dos custos de materiais e mão-de-obra.

b) HONORÁRIOS DE PERITOS

Custos e encargos com técnicos, e nomeadamente com consultores, engenheiros e arquitetos, ou outros titulares de habilitações profissionais específicas, necessários para a preparação, execução e controlo dos trabalhos de reconstrução ou de reparação de estruturas, instalações, equipamentos ou bens sinistrados.

Tais encargos serão indemnizáveis se tiverem origem numa perda ou em dano de bens seguros, ao abrigo da cobertura do contrato de seguro que preveja a garantia de honorários de peritos ou garantia similar.

c) INCLUSÃO DE NOVOS BENS

Os Tomadores do Seguro/Segurados obrigam-se a declarar ao segurador, no prazo de 60 dias subsequentes às situações que determinem aumentos de capital seguro correspondentes à inclusão de novos bens, edifícios, maquinismos, outros equipamentos e mobiliário integrados no local de risco, ou à valorização dos já existentes que tenham sido objeto de beneficiações.

Caso se verifique um sinistro durante o lapso de tempo concedido ao Tomador do Seguro/Segurado para cumprimento da obrigação referida no parágrafo anterior, o segurador considerará, como declarados pelo seu valor real, os novos bens, assim como as beneficiações dos existentes, até ao limite de 10% do valor total seguro sobre edifícios e conteúdos (excluindo Stocks). O prémio devido pelos aumentos do capital seguro nos termos desta cláusula, será calculado a partir da data da comunicação ao segurador do novo capital.

d) TRABALHOS DE MANUTENÇÃO E REMODELAÇÃO:

Fica expresso e acordado que, em complemento aos termos, condições e exclusões, contidas nesta apólice ou nela mencionadas, a cobertura da presente apólice é extensível a trabalhos de manutenção e remodelação dos empreendimentos seguros, incluindo os trabalhos permanentes ou temporários relativos a obras contratadas pelo Segurado, os materiais incorporados ou a incorporar na mesma. Ficam excluídos os riscos inerentes aos próprios trabalhos de construção que devem estar cobertos por uma apólice de Construção/Montagem.

13. EXCLUSÕES

Derrogando o que em contrário se encontrar previsto nas Condições Gerais, constituem exclusões da presente apólice as perdas, danos ou responsabilidades resultantes direta ou indiretamente de, ou agravadas por:

- a) Sinistros com origem em insuficiente estado de conservação ou manutenção de instalações ou equipamentos, qualificável como desconforme ao disposto nas leis, regulamentos ou outras disposições legais aplicáveis para exploração deste tipo de instalações, em especial que derivem de desconformidades ao disposto no Regulamento de Segurança de Barragens e normas complementares, identificadas no levantamento efetuado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), desenvolvido com vista à transferência, gestão e exploração dos bens, infra-estruturas e equipamentos objecto dos contratos de concessão relativos às infraestruturas;
- b) Os danos causados por factos ou circunstâncias com origem em data anterior à celebração do contrato de concessão de cada infraestrutura hidráulica;
- c) Os danos decorrentes de eventos danosos que não decorram da gestão da concessionária de cada infraestrutura hidráulica ou intervenções em curso que não sejam realizadas pela concessionária;

- d) Guerra, invasão, ato de inimigo estrangeiro, ou operações bélicas (haja ou não declaração de guerra), guerra civil, atos de terrorismo, motins, levantamento popular, insurreição, rebelião, levantamento militar, revolução, poder militar ou usurpado, lei marcial ou estado de sítio e acontecimentos que os determinem, confiscação, requisição, destruição ou danos produzidos nos bens seguros por ordem de qualquer governo “de direito” ou “de facto” ou de qualquer autoridade pública ou local;
- e) Reação ou radiação nuclear ou contaminação radioativa;
- f) Uso, posse ou transporte de explosivos, pelo Tomador do Seguro, Segurado e seus representantes legais;
- g) Atos ou omissões intencionais do Tomador do Seguro ou do Segurado ou dos seus representantes legais, trabalhadores ou colaboradores;
- h) Os custos com substituições, reparações ou retificações de defeitos latentes ou inerentes, falhas naturais ou vício próprio;
- i) Quaisquer custos com a retificação ou reparação de defeitos de projeto e de materiais ou de mão-de-obra;
- j) Os custos com substituições, reparações ou retificações dos bens seguros ou partes dos mesmos, necessárias devido ao uso ou desgaste gradual, corrosão, erosão, oxidação e deterioração em consequência de falta de uso ou de condições atmosféricas normais;
- k) Qualquer custo incorrido com a melhoria ou alteração do projeto, de materiais ou de mão-de-obra;
- l) As perdas ou danos causados por sobrecargas intencionais envolvendo condições anormais de trabalho;
- m) As despesas com trabalhos de reparação ou conservação extraordinária, considerando-se como tal as atividades que não têm carácter corrente ou ordinário;
- n) Quaisquer perdas de bens por desaparecimento ou insuficiência, se tal desaparecimento ou insuficiência se revelarem somente no momento em que se faz ou confere um inventário ou relação correspondente, salvo se tal inventário ou relação forem feitos para confirmar uma ocorrência por outra forma indemnizável;
- o) Quaisquer custos provenientes de furto, roubo ou desvio praticados pelos Segurados ou pelos seus empregados;
- p) Os custos direta ou indiretamente devidos com a remoção de materiais contendo asbestos;
- q) Custos consequenciais de qualquer natureza;
- r) Custos com a eliminação de defeitos estéticos de qualquer natureza;

- s) Perdas ou danos causados a todo e qualquer veículo mecânico, com propulsão própria, licenciado para utilização viária, quando não se encontrem nas instalações das Empresas Seguradas;
- t) Perdas ou danos a navios, embarcações e aeronaves;
- u) Perdas causadas por seca, aridez, moléstia, insuficiente cuidado com árvores, plantas e relvados;
- v) Quaisquer perdas ou danos causados por poluição ou contaminação salvo quando tais perdas ou danos não estejam por outra forma excluídos e a poluição ou contaminação: (1) resultarem de um risco coberto (2) derem origem a um risco coberto.
- w) Perdas ou danos causados por, ou efetivamente resultantes de, ou substancialmente agravados por, variação do perfil do terreno que não decorra de risco ou de ocorrência indemnizável ao abrigo das coberturas do contrato de seguro.
- x) Avaria de Máquinas.

As exclusões das alíneas h) e i) acima, não se aplicam às subseqüentes perdas ou danos que tenham origem em causa não especificamente excluída neste contrato.

ANEXO II A- SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL

1) TOMADOR DO SEGURO

Cada uma das Empresas do Grupo AdP identificada no **ANEXO I** do Programa do procedimento, na medida dos respetivos direitos, interesses e responsabilidades.

2) SEGURADOS

No contrato de seguro, são considerados como Segurados:

- a) As empresas Águas do Norte, S.A., Águas do Vale do Tejo, S.A., Águas do Algarve, S.A., Águas de Santo André, S.A., AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. ou outra entidade contratada por qualquer Segurado para em seu nome desenvolver tarefas relacionadas com a operação e/ou manutenção no âmbito dos seus trabalhos de exploração e gestão das infraestruturas hidráulicas;
- b) Administradores, Diretores, Consultores/Conselheiros e Empregados das empresas seguradas que actuem por conta e/ou em nome do Segurado, ou outros profissionais/agentes que actuem sob contrato com o Segurado.

Cada um dos segurados na medida dos respectivos direitos, interesses e responsabilidades com referência ao objecto do Seguro.

3) ATIVIDADE

Gestão e exploração de infraestruturas hidráulicas, bem como de todos os bens e meios afetos e necessários à operação, exploração, manutenção e gestão das mesmas, de acordo com o Regulamento de Segurança de Barragens, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 344/2007, de 15 de outubro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 21/2018, de 28 de março, e com as condições e termos definidos nos contratos de concessão a celebrar com o Ministério do Ambiente e da Ação Climática ou com a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., ao abrigo do regime constante do Decreto-Lei n.º 160/2019, de 24 de outubro, do Decreto-Lei n.º 42/2020, de 20 de julho, do Decreto-Lei n.º 311/2007, de 17 de setembro e do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, com a redação em vigor, nomeadamente quanto a:

- a) Barragem, incluindo os órgãos de segurança (descarregador de superfície e descarga de fundo)
- b) Órgãos de exploração (captação, tomadas de água e circuito hidráulico de abastecimento);
- c) Circuito hidráulico do caudal ecológico;
- d) Infraestruturas de apoio (postos de observação e comando, bem como edifícios de abrigo de quadros elétricos);
- e) Os terrenos do domínio público associados à zona de respeito da barragem;
- f) Os terrenos nos locais em que existir atravessamento do domínio público hídrico.

Com referência às seguintes barragens:

- 1. Barragem de Beliche;
- 2. Barragem de Odeleite;
- 3. Barragem de Morgavel;
- 4. Barragem de Enxoé;
- 5. Barragem da Marateca;
- 6. Barragem de Capinha;
- 7. Barragem da Apartadura;
- 8. Barragem de Alijó;
- 9. Barragem do Azibo;
- 10. Barragem de Monte Novo;
- 11. Barragem de Corgas.

Tudo conforme características técnicas e respectivos mapas de localização das infra-estruturas e equipamentos constantes dos anexos ao Caderno de Encargos.

4) ÂMBITO TERRITORIAL

Os riscos localizam-se em Portugal.

5) OBJETO SEGURO

O presente seguro garante o pagamento das indemnizações legalmente exigíveis ao Segurado, dentro dos limites dos capitais seguros, pelos danos patrimoniais ou não patrimoniais resultantes de lesões corporais ou materiais causados a terceiros, os quais ocorram na vigência do presente contrato em decorrência da atividade segura.

O Segurador garante relativamente a cada e a todos os Segurados:

- O pagamento de indemnizações, incluindo custos, honorários e despesas do reclamante, que cada segurado venha a ser obrigado a satisfazer de acordo com a legislação em vigor, decorrente da responsabilidade direta, indireta, subsidiária, conjunta, solidária ou qualquer outra, por danos corporais, danos materiais e as suas consequências, causados a terceiros no exercício das suas atividades;
- As mesmas coberturas do ponto anterior, decorrentes de responsabilidades que não sejam consequência de danos materiais ou de danos corporais, de acordo com o estabelecido na cláusula de perdas financeiras puras;
- Custos, despesas e honorários relativos à defesa dos Segurados, judicial ou extrajudicialmente, de acordo com o estabelecido na cláusula de despesas de defesa.

6) ÂMBITO DA COBERTURA

De acordo com as condições particulares, ficarão garantidas as seguintes responsabilidades e despesas:

- A. Responsabilidade civil geral
- B. Responsabilidade civil profissional
- C. Responsabilidade civil produtos
- D. Responsabilidade civil por perdas financeiras puras
- E. Despesas de defesa (forenses e judiciais)

A. RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL

O Segurador deverá garantir o pagamento das indemnizações que, de acordo com a legislação em vigor, possam ser exigidas a qualquer dos Segurados, como civilmente responsável por danos patrimoniais e não patrimoniais, resultantes de lesões materiais ou corporais causadas acidentalmente a terceiros no exercício das suas atividades e decorrentes da , exploração e gestão das barragens abaixo descritas, incluindo a responsabilidade civil imputável a qualquer dos Segurados, nos limites e franquias estabelecidos, por danos decorrentes de desmoronamento e/ou rotura, ficando contudo excluídos os

sinistros com origem em insuficiente estado de conservação ou manutenção de instalações ou equipamentos, qualificável como desconforme ao disposto nas leis, regulamentos ou outras disposições legais aplicáveis para exploração deste tipo de instalações.

Em especial, não se considerará como garantida a responsabilidade por eventos danosos que derivem de inconformidades ao disposto no Regulamento de Segurança de Barragens e normas complementares, já identificadas no levantamento efectuado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), efectuado com vista à transferência gestão e exploração dos bens, infra-estruturas e equipamentos objecto do contrato de concessão.

Águas do Norte:

- ✓ Barragem de Alijó (Vila Chã)
- ✓ Barragem de Azibo

Águas do Algarve:

- ✓ Barragem de Beliche
- ✓ Barragem de Odeleite

Águas do Vale do Tejo:

- ✓ Barragem de Apartadura
- ✓ Barragem de Capinha
- ✓ Barragem de Marateca
- ✓ Barragem de Monte Novo
- ✓ Barragem de Corgas

AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.:

- ✓ Barragem de Enxoé

Águas de Santo André, S.A.:

- ✓ Barragem de Morgavel

B. RESPONSABILIDADE CIVIL PROFISSIONAL

O contrato de seguro garantirá também o pagamento das indemnizações que sejam imputáveis a qualquer das Seguradas a título de responsabilidade civil extracontratual, para ressarcimento dos danos patrimoniais ou não patrimoniais causados a terceiros ou a clientes em consequência de atos ou omissões negligentes cometidas no exclusivo exercício da prestação de serviços profissionais, nomeadamente, mas não exclusivamente:

- Projetos de engenharia (especialidades), incluindo engenharia de sistemas e informática;
- Segurança de barragens ou quaisquer instalações sujeitas à intervenção de técnicos credenciados;
- Consultoria técnica, direção e assessoria;
- Trabalhos de instalação e manutenção de equipamentos e sistemas.

Exclusões Específicas

Esta garantia não abrange:

- a) Danos decorrentes de atos ou omissões dolosas, a menos que, tratando-se de seguro obrigatório a cobertura decorra da lei e não tenha sido expressamente afastada;
- b) Danos decorrentes de atos para os quais a Segurada, seus acionistas, associados, agentes ou mandatários, bem como as pessoas por quem qualquer um deles seja civilmente responsável, não disponham da devida habilitação legal ou regulamentar;
- c) Reclamações por difamação, libelo, calúnia, violação de qualquer direito intelectual, nomeadamente direitos de autor e direitos conexos, direitos de propriedade industrial, nome de domínio, título, marca, patente ou modelo, bem como as reclamações por concorrência desleal, apropriação ilegal de ideias e ainda por invasão de privacidade, na forma tentada ou consumada, em qualquer promoção, publicidade, anúncio ou artigo, utilizando imagem, som ou texto;

- d) Reclamações por violação de sigilo profissional e ainda pelo acesso ou utilização indevida de dados pessoais ou de programas ou dados informáticos, se e como as mesmas se puderem ter como cobertas sob o contrato de seguro de responsabilidade civil por riscos cibernéticos que porventura exista;
- e) Reclamações por furto, roubo ou desfalque, bem como por infidelidade dos trabalhadores, assalariados, colaboradores ou mandatários da Segurada e bem assim daqueles por quem esta seja civilmente responsável;
- f) Reclamações resultantes da perda ou extravio de valores monetários, objetos preciosos ou outros bens ou valores confiados à Segurada ou aos seus sócios, associados, empregados, colaboradores, mandatários, auxiliares ou àqueles por quem aquela seja civilmente responsável;
- g) Atos praticados pela Segurada ou por pessoas por quem esta seja civilmente responsável com a conivência ou sob coação do reclamante;
- h) Prejuízos imputáveis ao não cumprimento de prazos;
- i) Danos resultantes do não funcionamento, funcionamento defeituoso, perda de produção ou alterações qualitativas cuja causa não tenha relação direta com o seu trabalho;
- j) Danos de que decorram reclamações de ordem financeira por atraso ou paralisação das obras;
- k) Prejuízos por aumento ou diminuição de quantidades, de medições, ou de pressupostos, decorrentes da passagem do projeto pelas suas diversas fases e que tenham como consequência, variações nos custos inicialmente previstos e deficiente estimativa de custos;
- l) Despesas com alterações ou elaboração de novos projetos, memórias descritivas e outra documentação ou trabalhos, bem como retificações dos projetos iniciais quando as mesmas tenham por objetivo minimizar danos de qualquer natureza sofridos pela obra em causa e/ou evitar acidentes e/ou situações de perigo;
- m) Danos resultantes da perda ou extravio de desenhos, projetos ou outros documentos confiados à Segurada ou aos seus sócios, associados, empregados, colaboradores, mandatários, auxiliares ou àqueles por quem a Segurada seja civilmente responsável.

C. RESPONSABILIDADE CIVIL POR PRODUTOS

O Segurador garantirá o pagamento das indemnizações que legalmente sejam exigíveis a qualquer das Seguradas, na qualidade ou no exercício de produtor ou de distribuidor, pelos danos patrimoniais e/ou

não patrimoniais, resultantes de lesões materiais e/ou corporais, que sejam causados a terceiros por produtos defeituosos, após a sua entrega ou por produtos integrados na sua atividade.

D. RESPONSABILIDADE CIVIL POR PERDAS FINANCEIRAS PURAS

O Segurador garantirá o pagamento das indemnizações que legalmente sejam exigíveis à Segurada, em virtude de responsabilidade civil direta, indireta, solidária, conjunta, ou apenas subsidiária, por prejuízos ou danos patrimoniais causados a terceiros que não sejam consequência de danos corporais ou materiais.

A cobertura está limitada exclusivamente às seguintes ocorrências:

- a) Responsabilidade decorrente de difamação, calúnia, violação de direitos de autor (*copyright*), título, marca ou designação, patente ou modelo, pirataria, concorrência desleal, apropriação ilegal de ideias, qualquer invasão de privacidade cometida ou alegadamente cometida em qualquer anúncio, artigo publicitário, rádio ou televisão, e, ainda, decorrente das atividades de publicidade de qualquer das Seguradas, incluindo patrocínio ou apoio;
- b) Falta de fornecimento decorrente direta e inevitavelmente de qualquer dano acidental nas instalações ou equipamento das Seguradas;
- c) Impedimento de acesso às instalações de terceiros ou a incapacidade de terceiros em dar continuidade às suas atividades em resultado de um dano acidental nas instalações ou equipamentos das Seguradas.

O âmbito temporal da presente cobertura é definido em base “*claims-made*”, ou seja, estará limitado às consequências dos sinistros ocorridos no período de vigência do contrato de seguro.

E. DESPESAS DE DEFESA (FORENSES E JUDICIAIS)

O Segurador pagará:

- a) Todos os custos, honorários e despesas com o seu consentimento prévio, na investigação, defesa, regulação ou liquidação de qualquer ocorrência que seja ou que possa ser parte do objeto da indemnização deste contrato de seguro;
- b) Custos de representação da Segurada em qualquer inquérito, investigação ou outros procedimentos respeitantes a assuntos que tenham relevância direta, de qualquer ocorrência que seja ou que possa ser parte do objeto da indemnização, ao abrigo deste contrato de seguro.

7) EXCLUSÕES

Para além das exclusões constantes nas Condições Gerais e Especiais, excluem-se os danos resultantes e/ou derivados de:

- a) Qualquer responsabilidade suscitada relativamente às infra-estruturas e equipamentos concessionados, quando:
 - i) Os danos sejam causados por factos ou circunstâncias com origem em data anterior à celebração do contrato de concessão; ou
 - ii) Os danos sejam decorrentes de eventos danosos que não decorram da gestão e/ou intervenções em curso realizadas pela segurada;
- b) Danos à própria infra-estrutura objecto do contrato de concessão;
- c) Responsabilidades criminal, contraordenacional e transgressional, incluindo pagamentos de custas ou de quaisquer despesas provenientes dos respetivos procedimentos, fianças, multas ou outros encargos de idêntica natureza;
- d) Responsabilidade perante o concedente incluindo, nomeadamente, a falta de cumprimento do dever de preservação e de melhoria da qualidade do sistema;
- e) Responsabilidade por danos ocorridos após a rescisão, resgate ou termo de concessão;
- f) Responsabilidade por danos decorrentes de causa de força maior estranha à vontade do concessionário e a cujas consequências este não possa razoavelmente obviar, nomeadamente, as decorrentes de fenómenos e de atos de natureza criminosa praticados por terceiros pertencentes ou não aos serviços da Segurada;
- g) Responsabilidade civil por danos decorrentes de erro ou omissão de projeto, vício de construção ou defeito ou inadequação dos equipamentos destinados às infraestruturas, praticados por terceiros.
- h) Responsabilidade decorrente de danos emergentes de aluimento de terras provocado por operações subterrâneas;
- i) Responsabilidade por danos decorrentes de modificação do nível freático das águas;
- j) Valor do produto defeituoso;
- k) Responsabilidades que devam ser objeto de seguro obrigatório ou de obrigação legal de segurar exceto se estiver expressamente convencionado;

- l) Atos ou omissões dolosas ou que constituam violação consciente de normas legais ou regulamentares pela Segurada ou pelas pessoas por quem esta seja civilmente responsável;
- m) Atos ou omissões praticados, pela Segurada ou pelas pessoas por quem esta seja civilmente responsável, em estado de insanidade mental, de alcoolismo, ou sob efeito de narcóticos ou substâncias tóxicas não prescritas clinicamente;
- n) Decorrentes de acidentes de viação provocados por veículos que, nos termos da legislação em vigor, sejam obrigados a seguro, bem como aeronaves e embarcações, sem prejuízo do que esteja especificamente convencionado;
- o) Danos causados aos empregados, assalariados ou mandatários da Segurada, quando em serviço deste, nomeadamente os enquadráveis pela legislação de acidentes de trabalho;
- p) Danos decorrentes, direta ou indiretamente, de explosão, libertação de calor e de radiações provenientes de cisão de átomos, transmutação de núcleos atômicos ou radioatividade e ainda os decorrentes de radiações provocadas pela aceleração artificial de partículas, bem como os resultantes de exposição a campos magnéticos;
- q) Danos resultantes de atos de guerra, guerra civil, invasão, hostilidades, rebelião, insurreição, poder militar usurpado ou tentativas de usurpação do poder, terrorismo, sabotagem, assaltos e distúrbios laborais tais como assaltos, greves, tumultos e "lockouts";
- r) Danos decorrentes de reclamações resultantes ou baseadas, direta ou indiretamente, na aplicação de fianças, taxas, multas ou coimas, impostas por autoridade competente, bem como de outras penalidades de natureza sancionatória ou fiscal e por indemnizações fixadas a título punitivo (*punitive damages*), de danos exemplares (*exemplary damages*) ou sob outros critérios de natureza semelhante;
- s) Reclamações relacionadas com mofo tóxico ou qualquer outro fungo e ainda qualquer reclamação relacionada ou derivada do contacto ou contaminação com sílica a silicosis ou amianto ou seus derivados;
- t) Danos ou prejuízos ocasionados por obras ou trabalhos relacionados com a construção, reparação ou ampliação de aeroportos, túneis, linhas férreas, portos e barragens, indústria aeronáutica e instalações nucleares;
- u) Qualquer tipo de poluição;

A garantia cobrirá as reclamações efetuadas durante o período de vigência do contrato, em consequência de eventos ocorridos durante esse mesmo período e ainda as reclamações efetuadas durante o período de 2 (*dois*) anos, a contar do termo do contrato, relativamente a eventos ocorridos durante o período em que o contrato de seguro esteve em vigor.

8) CAPITAL SEGURO POR SINISTRO E ANUIDADE

O contrato de seguro garantirá um capital por sinistro e anuidade de 50 (*cinquenta*) milhões de euros.

O capital garantido por sinistro e anuidade é comum a todas os Tomadores/Empresas Seguradas.

9) SUBLIMITES DE INDEMNIZAÇÃO

Deverão vigorar os seguintes limites por lesado ou sinistro, e por anuidade:

- a) Perdas financeiras puras: € 1.000.000 (*um milhão de euros*), por sinistro e ano;
- b) Bens confiados: € 250.000 (*duzentos e cinquenta mil euros*), por sinistro e ano;
- c) Despesas de defesa: € 250.000 (*duzentos e cinquenta mil euros*), por sinistro e ano;
- d) Responsabilidade civil profissional: € 2.500.000 (*dois milhões e quinhentos mil euros*), por sinistro e ano;
- e) Responsabilidade civil pós-trabalhos: € 2.000.000 (*dois milhões de euros*), por sinistro e ano.

10) FRANQUIAS POR SINISTRO

€ 90.000,00

As franquias não são oponíveis aos lesados efetuando o Segurador o pagamento integral e reclamando da Segurada o valor correspondente após o pagamento da indemnização.

11) SUB-ROGAÇÃO

O Segurador renuncia expressamente ao exercício de qualquer direito sub-rogado, decorrente do pagamento feito ao abrigo do seguro de responsabilidade civil, contra qualquer Empresa Segurada, seus administradores ou gerentes ou quaisquer outras entidades ou pessoas a ter como Seguradas ou Segurados.

ANEXO II B - RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

1. TOMADOR DO SEGURO E SEGURADOS

Cada uma das Empresas **do Grupo AdP** identificada no **ANEXO I** do Programa do procedimento, na medida dos respetivos direitos, interesses e responsabilidades.

2. ATIVIDADES DOS SEGURADOS

Gestão e exploração de infraestruturas hidráulicas, bem como de todos os bens e meios afetos e necessários à operação, exploração, manutenção e gestão das mesmas, de acordo com o Regulamento de Segurança de Barragens, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 344/2007, de 15 de outubro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 21/2018, de 28 de março, e com as condições e termos definidos nos contratos de concessão a celebrar com o Ministério do Ambiente e da Ação Climática ou com a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., ao abrigo do regime constante do Decreto-Lei n.º 160/2019, de 24 de outubro, do Decreto-Lei n.º 42/2020, de 20 de julho, do Decreto-Lei n.º 311/2007, de 17 de setembro e do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, com a redação em vigor.

3. COBERTURAS DO SEGURO

3.1 Custos de limpeza nos termos previstos nas condições Gerais da Apólice (incluindo Custos de Reposição)

3.2 Dano Corporal ou Dano Material provocado a terceiros, pelas Condições Poluentes, quer tais danos ocorram no Local Seguro quer Fora do Local Seguro;

3.3 Custos de Reparação de danos ambientais

3.4 Despesas de Prevenção;

3.5 Custos de Defesa

4. ÂMBITO GEOGRÁFICO:

Portugal, quanto aos locais de atividade.

5. PERÍODO SUPLEMENTAR DE RECLAMAÇÃO: 36 (*trinta e seis*) meses.

6. CONDIÇÕES ESPECIAIS APLICÁVEIS

- 6.1** Todas as situações de poluição preexistentes anteriores à Data Retroactiva ou à Data de Início da apólice e/ou que em qualquer caso que sejam do conhecimento prévio do Segurado, encontram-se excluídos.
- 6.2** Exclusão de custos, despesas ou indemnizações relacionados com tanques de armazenamento subterrâneos. Esta exclusão pode ser derogada desde que seja enviada para o segurador informação detalhada e que a mesma se encontre em conformidade com a política de subscrição;
- 6.3** Exclusão de custos, despesas ou indemnizações decorrentes de poços de injeção de água (poços absorventes, fossas sépticas, descarga de resíduos nos solo e ainda poços inicialmente concebido para a abstracção de água e que lhes tenha sido dado um uso ou destino diferente).
- 6.4** Exclusão da cobertura mencionada sob nº 1 e 3 do ponto 4, de aterros e lagoas, encontrando-se contudo garantidos os custos de limpeza e reparação das contiguidades relativos a condições poluentes resultantes dos mesmos.
- 6.5** Exclusão de custos, despesas ou indemnizações originados em trabalhos levados a cabo pelo Segurado ou alguém por si contratado em locais de risco de terceiros.
- 6.6** Exclusão dos danos decorrentes da descarga de água residual, resultante da não conformidade legal e operativa dos sistemas de tratamento.
- 6.7** Exclusão de responsabilidade civil profissional (erros e omissões), responsabilidade civil produtos e/ou pós trabalhos.
- 6.8** Exclusão de custos, despesas ou indemnizações decorrentes de material contendo chumbo na sua composição.
- 6.9** Exclusão de custos, despesas ou indemnizações decorrentes de obras de remodelação e requalificação que estejam fora do escopo das responsabilidades dos segurados;
- 6.10** Os danos decorrentes da actividade de transporte estão cobertos nos termos da presente proposta em excesso das condições e limites existentes e/ou previstos das apólices de responsabilidade civil automóvel e de responsabilidade civil exploração do segurado – Âmbito geográfico: Portugal.
- 6.11** Exclusão da responsabilidade indireta, solidária e subsidiária do segurado pelos danos causados pelas restantes entidade ou empresas que partilham o local de risco com o segurado, estando

apenas incluídos nos termos da presente apólice a responsabilidade ambiental decorrente da actividade do segurado.

- 6.12** Encontram-se garantidos, nos termos da presente apólice, custos, despesas ou indemnizações decorrentes, derivados e/ou relacionados com Condições Poluentes e/ou Danos Ambientais em consequência de atos ou omissões dolosas dos Tomadores do seguro e segurados.

7. LOCAIS DE RISCO

- ✓ Barragem de Beliche;
- ✓ Barragem de Odeleite;
- ✓ Barragem de Morgavel;
- ✓ Barragem de Enxoé;
- ✓ Barragem da Marateca;
- ✓ Barragem de Capinha;
- ✓ Barragem da Apartadura;
- ✓ Barragem de Alijó;
- ✓ Barragem do Azibo;
- ✓ Barragem de Monte Novo;
- ✓ Barragem de Corgas.

8. LIMITE AGREGADO DE RESPONSABILIDADE DO CONTRATO NO PERÍODO ANUAL DE SEGURO

€ 6.000.000 (*seis milhões de euros*), como valor total acumulado, agregado, comum e máximo, de todas as reclamações e custos de defesa no período anual do seguro para todos os Tomadores/ Entidades seguradas.

9. LIMITE DE RESPONSABILIDADE POR SINISTRO

€ 6.000.000 (*seis milhões de euros*), como valor total acumulado de todas as reclamações e custos de defesa decorrente do mesmo evento (sinistro);

10. FRANQUIA

Franquia de € 25.000 (*vinte e cinco mil euros*) por sinistro.

11. DEFINIÇÕES

Carga - bens, produtos ou resíduos transportados pelos Segurados ou por outrem em seu nome, desde que devidamente licenciados para o efeito.

Condições poluentes - descarga, dispersão, libertação ou derrame de qualquer substância irritante ou contaminante, sólida, líquida, gasosa ou térmica, incluindo, nomeadamente, fumo, vapores, fuligem, gases, ácidos, alcalinos, produtos químicos tóxicos, resíduos médicos e materiais residuais, sob ou sobre a terra, ou qualquer estrutura sobre a terra, a atmosfera ou qualquer curso de águas ou massa de águas, incluindo águas subterrâneas, ou qualquer componente ambiental desde que tais condições não se encontrem presentes naturalmente no ambiente nas quantidades ou concentrações descobertas. As condições poluentes não incluem matéria microbiana.

Contrato garantido - contrato ou acordo submetido ao Segurador e por este aprovado, especificamente mencionado em documento anexo ao contrato de seguro.

Custos de defesa - honorários, custos e despesas legais razoáveis e necessárias incorridas por ou em nome do Segurado, com o prévio consentimento escrito do Segurador, na investigação, defesa, regularização ou recurso de qualquer reclamação. Os custos de defesa concorrem para o limite da garantia por sinistro e anuidade de seguro. No entanto, o Segurador não oporá às Seguradas a necessidade de rateio do capital seguro em caso de pluralidade de lesados desde que, e até que, os custos de defesa não ultrapassem 5% (*cinco por cento*) do capital máximo garantido.

Custos de limpeza - despesas razoáveis e necessárias, incluindo despesas legais, incorridas com o prévio acordo escrito do Segurador. O Segurador não poderá recusar sem fundamento ou retardar injustificadamente a aprovação de despesas necessárias para investigação do sinistro, remoção, reparação e monitorização dos danos ou para a eliminação de solos, águas superficiais, águas subterrâneas contaminadas:

- i. Na medida em que seja exigido pela legislação ambiental;
- ii. Na medida em que tais despesas tenham sido efetivamente incorridas por qualquer organismo público ou entidade oficial, ou por terceiros.

Os custos de limpeza incluem custos de reposição.

Custos de prevenção:

- i. Despesas com as medidas que o Segurador tenha recomendado à Segurada para evitar ou atenuar os efeitos de condições poluentes ou danos ambientais que possam dar lugar a uma reclamação;
- ii. Despesas que resultem de medidas razoáveis e urgentes, tomadas por iniciativa da Segurada, de boa-fé, seja para evitar ou reduzir condições poluentes, dano ambiental ou suas consequências, que possam dar lugar a uma reclamação.

Os custos de prevenção não incluem quaisquer despesas de alteração ou quaisquer benfeitorias ou incrementos patrimoniais.

Custos de reparação

Despesas razoáveis e necessárias para a investigação, remoção e reparação do dano ambiental, incluindo reparação provisória, compensatória e complementar.

- i. Até ao limite exigido pela legislação ambiental, ou
- ii. Que tenham sido efetivamente ordenadas ou assumidas por qualquer entidade, órgão ou autoridade governamental competente.

Custos de reposição

Custos razoáveis e necessários incorridos pela Segurada, com o prévio consentimento escrito do Segurador, que o não deverá injustificadamente recusar ou atrasar, para reparar, para substituir ou repor bens móveis ou imóveis nas mesmas condições em que se encontravam antes de serem danificados, durante a prestação dos trabalhos previstos na definição de custos de limpeza.

Tais custos de reposição não deverão ultrapassar os custos de substituição dos bens seguros, objeto do contrato de seguro, pelo seu valor em novo deduzido da depreciação inerente ao seu uso e estado, antes de incorridos os custos de limpeza.

Os custos de reposição não incluem custos relativos a benfeitorias ou incrementos patrimoniais.

Dano ambiental - dano causado a espécies e habitats naturais protegidos incluindo todos os danos causados à biodiversidade, a águas e ao solo, pelos quais a Segurada seja legalmente responsável e determinem custos de reparação nos termos da legislação ambiental, tal como definida no contrato de seguro.

Dano corporal - lesão física, doença, perturbação psíquica grave sofrida por qualquer pessoa, incluindo a morte daí resultante.

Danos materiais:

- i. Lesão física ou destruição de bens materiais tangíveis de quaisquer terceiros, incluindo a consequente utilização e diminuição do valor de uso desses bens. No entanto, os danos materiais não incluem a depreciação do valor de bens materiais de terceiros que, em qualquer momento, tenham sido alugados, arrendados, ocupados ou emprestados à Segurada;
- ii. Perda de uso, sem diminuição de valor, de bens materiais de terceiros que não tenham sido danificados ou destruídos fisicamente;

Os danos materiais não incluem quaisquer custos de limpeza.

Data de início - Data estipulada no contrato de seguro a partir da qual o mesmo começa a produzir os seus efeitos.

Despesas correntes com o pessoal - Despesas com os salários de todos os empregados da Segurada, com exclusão de quadros, titulares de cargos executivos, chefes de departamento e empregados não efetivos.

Despesas adicionais - Todas as despesas necessárias em que a Segurada incorra durante o período de recuperação:

- i. Necessárias por causa da interrupção devido a condições poluentes;
- ii. Necessárias para evitar ou atenuar uma interrupção.

Tudo na medida em que tais despesas reduzam a perda de lucros ou a perda do valor de rendas, consoante as circunstâncias, cobertas de outra forma pela cobertura do contrato de seguro.

Ao reembolso das despesas adicionais poderá ser abatido proporcionalmente o valor residual de bens adquiridos e utilizados temporariamente durante o período de recuperação e que, sendo-lhe úteis, permaneçam com a Segurada depois de retomada a sua atividade normal.

Empregado - qualquer pessoa singular que esteja ou tenha sido contratada pelo Tomador e ou Segurada para trabalhar mediante uma remuneração. O conceito de empregado não abrangerá qualquer:

- (i) Sócio ou administrador;
- (ii) Trabalhador temporário, trabalhadores por conta própria ou subcontratados.

Entrega - colocação de um produto em circulação, tendo-se que a mesma se considera verificada desde que a Segurada deixe de ter os meios práticos de exercer o controlo material direto sobre as condições de uso ou de consumo do produto, ou de modificar essas condições.

Interrupção - suspensão necessária da atividade produtiva da Segurada nos locais seguros durante o período de recuperação.

Legislação ambiental - qualquer lei ou norma legal ou regulamentar, instruções, estatuto, regulamento, diretriz ou norma que tenha a força de lei, ou qualquer notificação, ordem, instrução ou decisão de qualquer organismo público ou legal ou ainda de tribunal, relativos à saúde, à segurança ou a assuntos ambientais que sejam aplicáveis a condições poluentes ou a danos ambientais, incluindo a Diretiva 2004/35/CE, de 21 de outubro, alterada pela Diretiva 2006/21/CE, e o Decreto-Lei n.º 147/2008, de 28 de julho, na redação atual, referente à responsabilidade por danos ambientais, ou qualquer legislação posterior ou especial equivalente.

Limite de responsabilidade - montante máximo até ao qual o Segurador indemnizará o sinistro ou o conjunto de sinistros, verificados no período seguro.

Local seguro - locais especificamente identificados ou identificáveis nos termos do contrato de seguro.

Matéria microbiana - fungos ou bactérias que se reproduzem pela libertação de esporos ou divisão de células, incluindo, designadamente, o bolor, o mildio ou vírus, independentemente de a matéria microbiana estar ou não viva.

Perda de lucros:

- (i) Lucro líquido (resultado líquido antes de impostos sobre o rendimento) que a Segurada teria ganho ou perdido se não se tivesse verificado nenhuma interrupção; e
- (ii) Despesas operacionais normais recorrentes incorridas, incluindo despesas correntes com o pessoal.

Período da apólice - período estabelecido no contrato de seguro, ou qualquer período mais curto que resulte da cessação da produção dos seus efeitos.

Período de recuperação - tempo que seria necessário, exercendo a devida diligência e expediente, para repor os locais seguros num estado que permita a retoma da atividade produtiva normal, tendo início na data em que as operações são interrompidas devido a condições poluentes no local e não estando limitado pela data de termo do período seguro.

O período de recuperação não inclui:

- (i) Demora resultante de interferência de empregados da Segurada ou de outras pessoas na recuperação dos bens ou na retoma ou continuação da atividade;
- (ii) Demora na reocupação dos locais seguros por recusa injustificada de empregados, inquilinos ou locatários, depois de tais locais seguros terem sido repostos em condições que permitam a retoma da atividade produtiva normal;
- (iii) O valor justo de arrendamento da parte dos locais seguros ocupados pela Segurada durante o período de recuperação, menos eventuais rendas que a Segurada possa auferir, a) através do arrendamento total ou parcial dos locais seguros ou b) usando os bens nos locais seguros ou noutro local.

Período suplementar de reclamação ou de cobertura posterior - período de tempo adicional, em que podem ser reportados sinistros após cessação de produção de efeitos do contrato de seguro.

Produtos do Segurado - bens ou produtos fabricados, vendidos, manuseados ou distribuídos pela Segurada ou outros comercializados em nome da Segurada, incluindo embalagens, materiais, partes componentes ou equipamento fornecidos em relação com estes, e incluindo ainda garantias ou compromissos obrigatórios ou assumidos em qualquer momento relativamente à respetiva fiabilidade, qualidade, durabilidade, desempenho ou uso, ou à falta ou insuficiência de avisos ou de instruções, sempre que entrados no circuito distributivo.

Reclamação - comunicação escrita, notificação ou qualquer outro meio de que fique registo escrito recebido pela Segurada, exigindo medidas de reparação e alegando a responsabilidade por parte da Segurada pelos danos cobertos nos termos do contrato de seguro.

Responsável seguro:

- (i) Administrador, diretor, dirigente, sócio, gestor ou supervisor da Segurada;
- (ii) Responsável pelo controlo ou fiscalização do bom funcionamento do local seguro, ou qualquer gestor dos locais seguros.

Segurados - Tomador e todas as dadas como Seguradas, identificadas ou não, e ainda:

- (i) Qualquer anterior, ou atual comitente, sócio ou administrador do tomador ou das Seguradas identificadas no contrato de seguro, atuando no âmbito das respetivas funções profissionais;
- (ii) Qualquer empregado atuando no âmbito das respetivas funções profissionais;
- (iii) Qualquer trabalhador temporário, trabalhador por conta própria, subcontratado (desde que não se trate de pessoa coletiva), que apenas trabalhe para ou sob a direção e a supervisão direta do Tomador.

Segurador - Entidade Adjudicatária a identificar no contrato de seguro e legalmente autorizada a exercer a atividade seguradora.

Sinistro - ocorrência de condições poluentes ou danos ambientais de que resulte a obrigação de pagar ou indemnizar o dano, em qualquer uma das seguintes circunstâncias:

- (i) Qualquer montante que uma Segurada esteja legalmente obrigada a pagar a terceiros, por força de decisões judiciais ou de decisões arbitrais contra a Segurada, ou por acordos negociados pela Segurada com o consentimento do Segurador;
- (ii) Custos de limpeza;
- (iii) Custos de prevenção;
- (iv) Custos de reparação;
- (v) Custos de defesa.

Terceiro - aquele que não o Segurado.

Tomador - primeira pessoa responsável pelo pagamento do prémio.

Transporte - atividades levadas a cabo pela Segurada ou em seu nome:

- (i) Deslocação da carga para o local final de entrega pela Segurada incluindo as operações de carga e descarga;
- (ii) Viagens para recolha de carga e viagens após a entrega da carga;
- (iii) Todas as outras viagens levadas a cabo pela Segurada, e que estejam diretamente relacionadas com a sua atividade.

Urgente - uma ameaça iminente de verificação de uma condição poluente ou de danos ambientais, relativamente aos quais uma Segurada não tem outra alternativa que não a de atuar imediatamente, sem possibilidade de obter o prévio consentimento escrito do Segurador.

12. EXCLUSÕES

O Segurador não será responsável no âmbito da cobertura de responsabilidade ambiental, por reclamações ou sinistros decorrentes ou relacionados com:

Imóveis

Resultantes de condições poluentes sobre, sob ou com origem nos locais seguros ou danos ambientais causados por qualquer atividade da Segurada desenvolvida em local seguro, quando essas condições poluentes ou danos ambientais se iniciem após a venda, doação ou abandono pela Segurada dos imóveis seguros.

Amianto e chumbo

Resultante de amianto ou de quaisquer materiais que contenham amianto ou tinta à base de chumbo instalada ou aplicada em qualquer edifício ou outra estrutura.

Esta exclusão não se aplica a reclamações por custos de limpeza para reposição de solos e águas subterrâneas.

Responsabilidade contratual

Resultante da responsabilidade perante terceiros assumida pela Segurada ao abrigo de qualquer contrato ou acordo, salvo se a responsabilidade da Segurada lhe fosse imputável mesmo não existindo esse contrato ou acordo, ou se o contrato ou acordo estiver especificamente garantido sob o contrato de seguro.

Responsabilidade de empregador

(i) Resultante de lesões corporais sofridas por um empregado que ocorram no exercício da sua atividade laboral;

(ii) Imposta pelas disposições de qualquer:

a) Legislação de compensação de trabalhadores ou de qualquer legislação similar; ou

b) Legislação de compensação por acidentes ou de qualquer legislação similar;

(iii) Por qualquer obrigação pela qual uma Segurada possa ser responsabilizada ao abrigo da legislação de acidente de trabalho ou da legislação geral aplicável por força desta ou ainda de qualquer regime obrigatório de compensação;

A presente exclusão aplica-se independentemente do dever da Segurada de reembolsar terceiros perante os quais seja responsável ou que contra si tenham direito de regresso, relativamente a sinistros resultantes de lesões corporais.

Intenção ou não aleatoriedade

(i) Falha da Segurada em:

- a) Eliminar ou resolver qualquer defeito ou perigo, ou tomar as precauções adicionais que forem necessárias, o mais rapidamente possível após a descoberta de quaisquer condições poluentes ou danos ambientais;
- b) Implementar quaisquer medidas razoavelmente adequadas, necessárias ou exigidas para prevenir ou evitar qualquer situação que venha a provocar condições poluentes ou danos ambientais;
- c) Tomar as medidas razoáveis para utilizar, manter e atualizar o funcionamento das suas instalações.

(ii) Qualquer sinistro resultante de situações não aleatórias ou de alguma forma esperadas ou aguardadas pela Segurada ou que este não possa, razoavelmente, desconhecer e que sejam resultantes de condições poluentes ou danos ambientais.

Multas e penalidades

- (i) Penalidades, coimas, ou multas, danos punitivos, danos exemplares ou outros de características semelhantes;
- (ii) Impostos;
- (iii) Quaisquer penas ou sanções acessórias decorrentes da legislação aplicável, designadamente da legislação penal e ambiental;
- (iv) Situações que sejam legal e imperativamente tidas como insuscetíveis de seguro.

Despesas internas

Custos ou encargos internos da Segurada, a título de bens fornecidos ou serviços prestados, salvo se tais custos ou encargos decorrerem de resposta necessária a uma situação de emergência nos termos da legislação ambiental, ou tiverem sido previamente aprovados pelo Segurador.

Alteração substancial do uso

Uma alteração nas atividades num local seguro durante o período do contrato de seguro que leve a padrões de reparação mais rígidos que os impostos ao local seguro na data de início do contrato de seguro.

Conhecimento anterior

Condições poluentes ou danos ambientais existentes e conhecidos antes da data de início do contrato de seguro.

Responsabilidade por produtos

Produtos de qualquer das Seguradas depois da entrega a terceiros e fora dos locais seguros ocupados ou controlados por estas.

Guerra e terrorismo

Resultante de situação de guerra (declarada ou não), terrorismo, atividades beligerantes, militares ou de guerrilha, sabotagem, ação de forças armadas, hostilidades (declaradas ou não declaradas), rebelião, revolução, tumultos, insurreição, usurpação de poder, confisco, nacionalização ou destruição total ou parcial de património pelo ou sob ordens de qualquer governo, autoridade pública ou local, ou qualquer outra organização política ou terrorista.

Matéria microbiana

Matéria microbiana que se encontre dentro, sobre ou contigualmente a qualquer edifício ou outra estrutura. Esta exclusão não se aplica a custos de limpeza para reparação de solos e águas subterrâneas.

Carga entregue e carga imobilizada

Resultante de condições poluentes ou danos ambientais que se iniciem:

- (i) Após a carga chegar ao seu destino final;
- (ii) Enquanto a carga estiver armazenada, tendo sido descarregada do veículo que a transportava;

(iii) Se a carga não se encontrar em segurança e imobilizada por um período superior a 48 (quarenta e oito) horas;

E não se encontre já sob o controlo da Segurada, ou da entidade que transportou a carga em seu nome, ou tenha sido entregue ou abandonada a um terceiro.

Danos em veículo

Resultantes de danos patrimoniais causados por qualquer meio utilizado para o transporte de carga.

I 4 - CUSTOS DE DEFESA

O Segurador garantirá até ao limite do capital fixado no contrato de seguro, o pagamento dos custos de defesa necessários e razoáveis contraídos por ou em nome da Segurada para assegurar a sua defesa relativamente a investigação, defesa judicial ou processo de resolução de qualquer sinistro.

A Segurada tem sempre a faculdade de designar um advogado que a represente e assegure a sua defesa, quer relativamente a processos movidos pelos titulares do direito a indemnização quer em caso de conflito com o Segurador.

Nos termos desta cláusula, ficam cobertos os seguintes custos:

- (i) Honorários de advogados ou solicitador;
- (ii) Taxas de justiça e preparos para despesas, devidas em processos judiciais e arbitrais, incluindo recursos;
- (iii) Outras despesas razoáveis de investigação necessárias à defesa da Segurada, incluindo as necessárias à obtenção de documentos.

Salvo motivo devidamente justificado, o Segurador não poderá recusar a autorização ou liquidação direta desses custos.

Em caso de conflito de interesses ou divergência fundada com o Segurador, a Segurada tem sempre o direito de recorrer à arbitragem.

I 5 - RETOMA DA ATIVIDADE E REDUÇÃO DE PERDAS

Logo que seja possível, a Segurada deve retomar a atividade produtiva normal e fazer cessar as despesas adicionais assumidas por causa do sinistro.

A Segurada deverá, sempre que possível, assumir as medidas necessárias para reduzir a perda de resultados, a perda do valor de rendas ou despesas adicionais resultantes da interrupção da atividade:

- Retomando total ou parcialmente a atividade de exploração dos bens aqui descritos, independentemente de se encontrarem danificados ou não; ou
- Mantendo o uso de outros bens nos locais seguros descritos no contrato de seguro ou outro local,

Considerando tal redução para o cálculo de perdas decorrentes do sinistro.

I 6 – DIREITO DE REGRESSO

É reconhecido o direito de regresso da Seguradora contra qualquer Segurado quando a Seguradora realize, relativamente a qualquer Reclamação, qualquer pagamento por danos decorrentes de qualquer ato, erro ou omissão de um Segurado que revista natureza criminal, fraudulenta, dolosa ou de má-fé ou que intencionalmente viole a lei, regulamento ou disposição aplicável que o Segurado conheça ou não possa desconhecer que viola a lei quando determinado por decisão judicial ou arbitral transitado em julgado e que seja adversa para o Segurado ou por reconhecimento, verbal ou escrito, do Segurado.

ANEXO III - CARACTERIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS HIDRÁULICAS

(Este anexo é fornecido mediante apresentação de declaração de confidencialidade, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 4.º do Programa de Procedimento).

ANEXO IV- RELATÓRIOS DAS INFRAESTRUTURAS HIDRÁULICAS

(Este anexo é fornecido mediante apresentação de declaração de confidencialidade, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 4.º do Programa de Procedimento).

**ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE EMPREENDIMENTO
EQUIPARADO A EMPREENDIMENTO DE FINS MÚLTIPLOS**

(Este anexo é fornecido mediante apresentação de declaração de confidencialidade, nos termos
definidos no n.º 3 do artigo 4.º do Programa de Procedimento).

**ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE EMPREENDIMENTO DE FINS
ÚNICOS**

(Este anexo é fornecido mediante apresentação de declaração de confidencialidade, nos termos
definidos no n.º 3 do artigo 4.º do Programa de Procedimento).